

# MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 16-fevereiro/2007



## As cores e formas que moldam a cultura nacional

Especial Brasil-África: Artigos de Luiz Felipe de Alencastro e Nei Lopes

**DAR CONTA DO DIA-A-DIA?  
ESTA MÁGICA VOCÊ FAZ COM A CAIXA.**



**Conta Corrente da CAIXA.  
Cheque Especial, Cartão de Crédito,  
Crédito Pré-aprovado. Aqui tudo é mais fácil  
para o seu dia-a-dia também ser.**

**CRÉDITOS DA CAIXA. UMA CAIXA DE SOLUÇÕES.**

**CAIXA**  
www.caixa.gov.br

O BRASIL É TODO ENERGIA

Ernesto Nazareth  
Compositor do Brasil

CONTEMPORÂNEA



PATROCÍNIO. A ENERGIA  
DA ELETROBRÁS QUE FAZ MUITA GENTE  
BRILHAR NAS QUADRAS E NOS PALCOS.

O compromisso da Eletrobrás com o Brasil vai além de gerar energia para o desenvolvimento econômico e social do País. Ela também aposta no talento brasileiro para desenvolver o esporte e a cultura. Por isso, a Eletrobrás é a patrocinadora oficial das seleções brasileiras de basquete. Nas artes, a empresa é uma das principais patrocinadoras do teatro, cinema e da música. E foi ela, ainda, que restaurou o Convento Carmelitas, em Angra dos Reis, e fez acontecer a Festa Literária de Paraty. Assim, a energia da Eletrobrás mantém acesas as tradições populares e a memória do Brasil. Porque um país também se faz com as conquistas do seu povo nas quadras, nos palcos, nas telas, nos livros e na arquitetura.



Eletrobrás   
A energia que movimenta o Brasil.

Ministério de  
Minas e Energia

  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL



# Índice

## Editorial

05. "Se oriente, rapaz, pela constelação do Cruzeiro do Sul"



## Brasil

06. Acelera...Lula! - Entrevista com Paulo Nogueira Batista Jr

10. Da sombra à luz: A luta pela democratização da mídia

15. Reforma: Política sem intermediários



## América Latina

18. América do Sul: Rumo à um futuro alternativo, por Noam Chomsky

20. União pela soberania



## Especial Cultura

24. A singularidade do escravismo brasileiro, por Luiz Felipe de Alencastro

26. Carnaval e a religiosidade negra, por Nei Lopes

28. Universidade é lugar de artista!

## Cultura

32. Um cinema de A à Z - Entrevista com o presidente da Ancine



## Educação

34. CNE: Espaço de formulação de políticas

36. Fim do vestibular?

## Movimento Estudantil

40. História da UNE, parte II - A Luta pela democracia, por Angélica Miller

44. Direito à Meia-entrada



## Retrato

46. Fórum Social Mundial - Quênia, 2007



## Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

### Diretoria Executiva

#### Presidente

Gustavo Lemos Petta

#### Vice-Presidente

Louise Caroline Lima e Silva

#### 1º Vice-Presidente

Maurício Piccin

#### 2º Vice-Presidente

Francisco Josué Medeiros de Freitas

#### Secretário-Geral

Pedro Campos

#### 1º Secretário

Moisés da Silva Filho

#### Tesoureiro Geral

Rovilson Portela

#### 1º Tesoureiro

Bruno Vanhoni

#### Diretora de Comunicação

Daniele Costa

#### 1ª Diretora de Comunicação

Márvia Scardua

#### Diretor de Políticas Educacionais

Antônio David Ferreira

#### 1º Diretor de Políticas Educacionais

Márcio Pereira Cabral

#### Diretor de Univ. Particulares

Márcio Ladeia

#### Diretor de Univ. Públicas

Gilvandro Antunes

#### Diretor de Cultura

Gustavo Viana

#### Diretora de Relações Internacionais

Lúcia Stumpf

#### Diretor de Políticas Institucionais

Leandro Monteiro

### Edição

**Edição e textos:** Renata Mielli;

**Projeto Gráfico:** Maria Figaro;

**Direção de Arte:** Vandré Fernandes;

**Ilustrações:** Daniel Lopes

### Tiragem:

40 mil exemplares

### Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP

CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145

Sítio na Internet: [www.une.org.br](http://www.une.org.br)

A UNE é adepta do *copyleft*. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.

## EDITORIAL

# “Se oriente, rapaz, pela constelação do Cruzeiro do Sul”

(Gilberto Gil)

De qualquer ponto da porção sul do planeta, onde se encontram América Latina e África, é possível avistar o Cruzeiro do Sul. Além da constelação, unem esses continentes a luta por direitos sociais, contra a miséria, pela afirmação cultural e a resistência contra o imperialismo predatório. Integrados, países do eixo Sul-Sul têm mais força para desenvolver essa luta.

Na América Latina, essa afirmação vai tornando-se realidade a partir da ascensão de governos de origem popular e contra-hegemônicos, como aponta o lingüista norte-americano Noam Chomsky em artigo publicado nesta *Movimento*. A constituição do Mercosul como bloco de integração deve extrapolar os aspectos econômicos e alcançar todas as dimensões da sociedade (política, cultural, social, industrial). Apesar de haver avanços neste rumo, estes ainda são tímidos e precisam ser impulsionados pela atuação dos movimentos sociais.

O Brasil ingressando nesta caravana pelo desenvolvimento e soberania deve ser protagonista. Mas essa empreitada só terá êxito se internamente o País avançar na consecução de um projeto de desenvolvimento nacional que tenha como eixos centrais a distribuição de renda, a geração de empregos, o fortalecimento do Estado e a ampliação do nosso parque industrial, investindo no setor produtivo. Esperamos que o PAC – Projeto de Aceleração do Crescimento esteja voltado para atingir esses objetivos.

Nesta luta, aumentar a unidade dos movimentos sociais para impulsionar o governo Lula é tarefa de primeira hora. Como é, também, enfrentar pautas políticas que estão diretamente vinculadas com o aprofundamento da democracia, entre as quais a democratização dos meios de comunicação e a reforma política, abordados nesta *Movimento*

2007 é um ano especial para a UNE.

Comemoramos, em agosto, 70 anos de luta pela educação pública, por uma universidade comprometida com o crescimento da nação brasileira e pela democracia.

Realizamos nossa 5ª Bial de Cultura, Arte e Ciência, que em sintonia com os desafios da atualidade, traz ao centro dos seus debates a reflexão em torno das relações Brasil-África, que *Movimento* repercute em um Especial com dois artigos de renomados estudiosos sobre o tema: o historiador Luiz Felipe de Alencastro, professor da Sorbonne; e o compositor Nei Lopes, estudioso da cultura afro-brasileira.

Debates estratégicos para o futuro da Universidade brasileira acontecerão neste ano. O projeto de Reforma Universitária, que encontra-se no Congresso Nacional, deve ser apreciado pelos deputados no próximo período, e discussões acerca de mudanças nas formas de ingresso ao Ensino Superior ganham centralidade.

Enfim, 2007 abre um leque variado de lutas e possibilidades de avanços para o povo latino-americano, para os brasileiros, e para os estudantes. A UNE convoca a todos para juntos irmos às ruas e sermos agentes ativos desse movimento, escrevendo uma história de lutas e avanços.

Boa leitura

**Gustavo Lemos Petta**  
Presidente da UNE



# Acelera

A eleição de Lula, em 2002, acendeu a esperança de que mudanças significativas poderiam ser iniciadas no Brasil. Sua origem social, política e sua liderança incontestes eram atributos que ampliavam essas expectativas. Passados 4 anos, pode-se dizer que o Brasil é um país diferente, mas não tanto quanto se esperava. O motivo: ortodoxia na política econômica, ou em linguagem mais corrente, a economia está amarrada, acorrentada, travada pela exorbitante taxa de juro, superávit primário elevado e pouco investimento público.

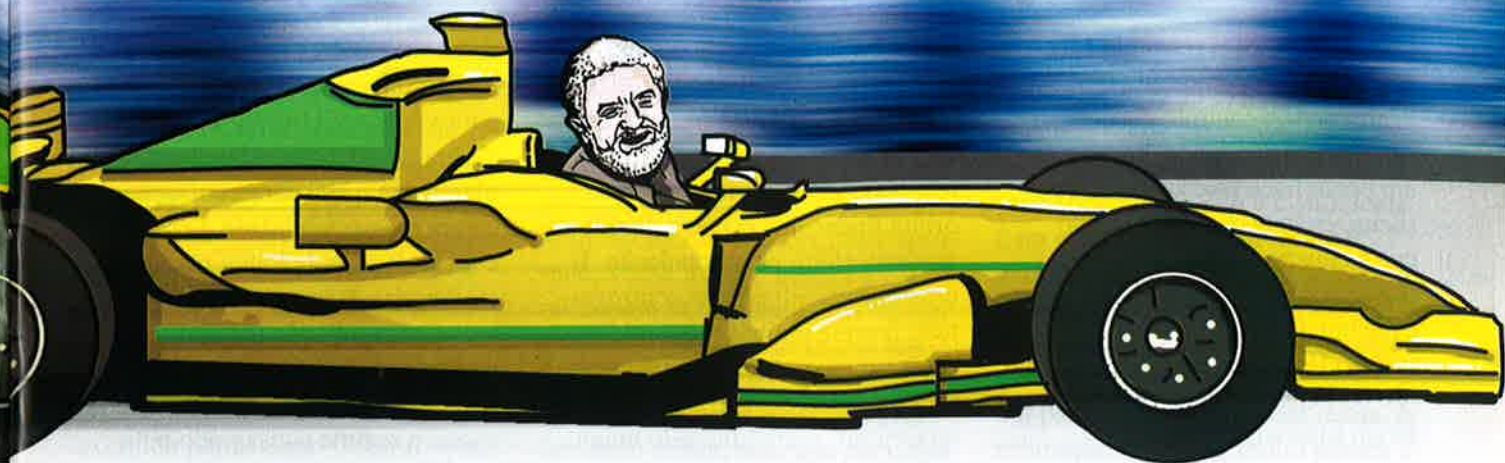
O clamor para que seja adotada uma nova política econômica, permitindo abrir as portas para o crescimento, atravessou todo o primeiro mandato e, infelizmente, se estende até o início deste segundo.

Em 04 de dezembro de 2006, a UNE, convicta

de que qualquer mudança só virá se os movimentos sociais ampliarem as pressões sobre o governo, realizou na Sala dos Estudantes, na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, o ato *Uma outra política econômica é possível!*, que reuniu economistas, parlamentares e entidades.

Entre os presentes, o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas Paulo Nogueira Batista Jr. que afirmou: "Raramente mudanças acontecem sem pressão social. É bom que essa pressão continue e se intensifique. Foi muito válida a iniciativa da UNE lançada em dezembro. Espero que ela tenha seqüência em 2007".

Em entrevista à *Movimento* o professor Paulo Nogueira fala dos desafios para acelerar o crescimento, que passam por ajustes na política econômica e mudanças na composição do Copom e no papel do Banco Central.



# ● ● Lula!

Por Renata Mielli

**Nas últimas 2 décadas, o Brasil viveu sob a égide do Projeto Neoliberal. Após 4 anos de governo Lula, como podemos avaliar o desenho do Estado brasileiro?**

No Brasil nada é aplicado a ferro e fogo, o que vale também para o neoliberalismo. O Estado brasileiro ainda carrega muitas marcas do período nacional-desenvolvimentista. Dispõe de empresas importantes como a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Intervém bastante na economia, nem sempre da melhor maneira, mas intervém. A carga tributária é alta, o que não condiz com a filosofia do estado mínimo. O que foi aplicado do modelo neoliberal aqui (liberalização comercial, abertura financeira, abertura ao capital estrangeiro, diversas privatizações importantes,

superávits fiscais primários elevados etc.) não surtiu os efeitos prometidos por seus defensores. Na década de 90, tivemos um predomínio ideológico e político do ideário neoliberal, porém ele não chegou a ser implementado de forma radical, diferente do que ocorreu na Argentina. O descrédito do liberalismo como uma ideologia condutora é grande, não só no Brasil, mas na maior parte da América Latina. Então, as condições não são desfavoráveis para a mudança de rumos no segundo mandato.

**Na posse, o presidente adotou o verbo acelerar para caracterizar o 2º mandato. Na primeira eleição de Lula o senhor avaliava que havia entraves econômicos graves ao desenvolvimento, devido à he-**

**rança da era FHC. Esses entraves foram superados?**

Em certa medida. Hoje o quadro é mais favorável. A herança que Lula deixa para si mesmo é muito melhor do que a herança que Fernando Henrique deixou para Lula. Isso se deve em grande parte às condições econômicas internacionais que foram mais favoráveis nos últimos 4 anos do que no período FHC. Claro que o governo Lula teve seus méritos, inclusive na área econômica. Precisou restabelecer uma estabilidade que estava em vias de ser perdida no final do governo FHC. O primeiro ano do governo Lula foi muito difícil. Hoje o plano de acelerar é factível.

Um dos problemas que impediam ou dificultavam o crescimento era a alta inflação. No final do governo

# “A taxa de juro é alta no Brasil por uma

FHC, essa ameaça ressurgiu e foi debelada no governo Lula. Temos a inflação sob controle. As contas externas, que tradicionalmente são um ponto fraco na economia brasileira, estão bem mais fortes do que há quatro anos. A situação das contas públicas não é brilhante, mas é melhor do que no passado. Várias razões clássicas pelas quais o Brasil não conseguia acelerar o crescimento foram superadas.

## **E que amarras ainda permanecem e precisam ser desatadas para melhorar o desempenho da economia?**

A taxa de juro muito alta, apesar das reduções recentes; escassez de crédito de um modo geral; carga tributária alta para um país em desenvolvimento; deficiências graves em infra-estrutura, principalmente em transportes. A energia elétrica ainda é uma ameaça. Segundo os especialistas, não há um apagão à vista, mas se a economia voltar a crescer rapidamente e o regime de chuvas não ajudar, pode haver dificuldades, porque o investimento nessa área foi muito baixo – tanto no governo atual como nos anteriores.

## **O presidente fala em baixar a taxa de juro, mas o COPOM é impermeável a esses apelos. Uma saída poderia ser rever a sua composição?**

A taxa de juro é alta demais no Brasil por uma mistura de ideologia e interesses. Ideologia econômica ortodoxa e interesses do sistema financeiro e dos rentistas. O Banco Central nunca foi tão independente. Não tem independência formal,

mas é muito independente do governo. Mantém, por outro lado, uma relação simbiótica com o sistema financeiro. O Banco Central responde mais aos interesses da órbita financeiro-privada do que ao governo eleito pela população. É uma questão altamente controversa, porque muitos economistas preferem que o governo não tenha mesmo ingerência sobre o Banco Central; preferem vê-lo numa redoma tecnicamente neutra, ou supostamente neutra. No meu entender, essa neutralidade técnica



é uma ilusão. O Brasil precisa de uma reforma que quase ninguém menciona: a reforma das instituições monetárias para torná-las mais compatíveis com uma política econômica voltada para o desenvolvimento com estabilidade.

## **Que pilares sustentariam essa reforma?**

O nosso Banco Central está enquadrado num regime de metas para a inflação. Poderia se estabelecer, por meio de Lei Complementar, que o BC tivesse como objetivos, além da estabilidade

monetária, o crescimento econômico e uma taxa de câmbio competitiva. Nos EUA, por exemplo, vigora uma lei que estabelece como objetivos do BC a maximização do emprego, a estabilidade de preços e taxas de juro de longo prazo moderadas. Não existe regime de metas para inflação nos EUA, nem no Banco Central europeu e nem no japonês. Dizem no Brasil que esse é o regime consagrado pela experiência internacional, mas ele não é aplicado pelos três principais bancos centrais do mundo!

O Copom, que corresponde à diretoria do Banco Central, deveria seguir o que estabelecia originalmente o artigo 192 da Constituição, que nunca chegou a ser regulamentado, ou seja, aprovar uma Lei Complementar que, entre outros assuntos, fixaria regras para a nomeação dos diretores do Banco Central e de outros bancos federais, assim como impedimentos que vigoriariam após o exercício do cargo.

O Copom é dominado basicamente por pessoas que vêm do sistema financeiro e para lá voltam, ou por economistas que estão saindo da academia e querem ter uma carreira confortável no sistema financeiro privado. Como se quebra isso? Vamos supor que se estabeleça que o Copom tenha 9 membros, incluindo o seu presidente. A lei determinaria que no máximo 3 membros seriam oriundos do sistema financeiro e que todos os que ocuparem cargos na direção do BC cumpriram uma quarentena, ficando proibidos de exercer cargos em instituições financeiras privadas ou prestar assessoria a elas por um período de 2 anos. Isso impediria passa-



# mistura de ideologia e interesses”

gens oportunistas pelo BC. Seriam nomeados para a direção do BC não só financistas, mas pessoas com competência técnica vindas de outras áreas. Além disso, temos o Conselho Monetário Nacional, que é composto de três membros desde a criação do Real: o Ministro da Fazenda, o do Planejamento e o presidente do Banco Central. A Secretaria do Conselho é exercida pelo Banco Central. Esse Conselho precisaria ser ampliado para ser mais representativo do País e do governo. Há várias maneiras de fazê-lo. Uma idéia interessante, apresentada pelo Vice-presidente da República, é incluir no Conselho Monetário Nacional representantes das diferentes regiões do Brasil, a exemplo do que ocorre nos EUA.

**O governo Lula realizou a reforma da previdência. Agora, alguns setores retomam esse debate exigindo que uma nova reforma seja feita. A previdência continua sendo um gargalo?**

É importante notar que mudou o posicionamento do presidente em relação a esse tipo de questão. Quando tomou posse, em 2003, ele comprou uma avaliação muito comum nos setores liberais e conservadores de que tudo dependia de certas reformas salvadoras, como a previdenciária. Ele gastou uma grande parte do seu capital político inicial na Reforma da Previdência do setor público, aprovando um projeto muito ambicioso, mais duro do que aquele tentado no governo FHC e rejeitado pelo PT. Eu me lembro bem disso, pois me irritava profundamente esse discurso, e a aceitação acrílica pelo governo da

idéia de que, feitas essas reformas, as condições econômicas melhorariam consideravelmente, de forma quase automática. Um ministro do governo disse, em 2003, que se a Reforma da Previdência fosse aprovada, a taxa de juro iria começar a cair, como se houvesse uma ligação direta. Foi penoso, realmente um descaminho. Não estou negando, obviamente, que o problema previdenciário exista, nem que ele possa se agravar ao longo do tempo. É bem possível que isso aconteça, dada a tendência de aumento da



expectativa de vida da população. Esse governo, o próximo governo, os seguintes discutirão reforma previdenciária, mas o problema não vai ser resolvido numa tacada só.

**Um dos elementos para impulsionar o investimento é reduzir a carga tributária. Qual a situação do Brasil nesse terreno?**

A carga tributária no Brasil aumentou muito desde o início dos anos 90, sobretudo no governo de Fernando Henrique, e continuou aumentando, num ritmo menor, no governo Lula. O resultado disso é

que temos uma carga tributária da ordem de 37% do PIB, que é alta para o nível de desenvolvimento do Brasil. Outro problema é que o investimento privado é insuficiente. Para estimular esses investimentos é importante desonerá-los do ponto de vista tributário. Também não podemos esquecer que a carga tributária é muito injusta e contribui para a concentração de renda. A tributação indireta é muito pesada e incide, em geral, proporcionalmente mais sobre os que têm menos renda. A tributação patrimonial é baixa, a tributação sobre as rendas do capital é baixa, o imposto de renda tem uma progressividade muito pequena. O Estado arrecada recursos com um sistema tributário concentrador e os transfere via juros da dívida pública para uma minoria de credores do governo. Esse é o Brasil.

**O senhor está otimista com relação a essa aceleração das mudanças proclamada pelo Presidente Lula?**

Não sei se estou otimista. A situação econômica é a melhor que nós temos há muito tempo, tanto no Brasil como no mundo. É possível, sim, acelerar o crescimento, melhorar a distribuição de renda.

O governo Lula, embora tenha sido bastante conservador nas políticas macro-econômicas, não o foi tanto em outras áreas, como política externa e política social. O governo, já no seu primeiro mandato, deu alguns passos, ainda que tímidos, em direção à mudança e pode dar mais passos, e não tão tímidos, nessa direção no segundo mandato.

# Da Sombra à Luz:

## a luta pela pluralidade de imagens e vozes na mídia nacional

Por Renata Mielli

**7** de setembro de 1922. Ocorre a primeira transmissão oficial de rádio no Brasil. Trinta e dois anos depois, em 18 de setembro de 1950, alguns poucos e privilegiados brasileiros assistem à primeira transmissão de TV no País. Começa a era da radiodifusão.

De lá para cá, a evolução tecnológica agregou novos atores neste sistema com o surgimento da telefonia celular, em 1990, e da Internet comercial em 1995. O mundo entra na era da informação em tempo real, onde tudo e todos (ou quase tudo e todos) estão plugados 24 horas. É a sociedade digital.

A massificação da comunicação é avassaladora. Há mais lares com televisão do que com geladeira. Porém, isso não representa democratização de acesso aos meios, aos conteúdos. Neste filme do cotidiano, a sociedade é coadjuvante, e os protagonistas são umas poucas famílias, empresários que detém a propriedade dos meios de comunicação.

Como esses meios assumem um papel cada vez mais determinante sobre a política, economia e a vida

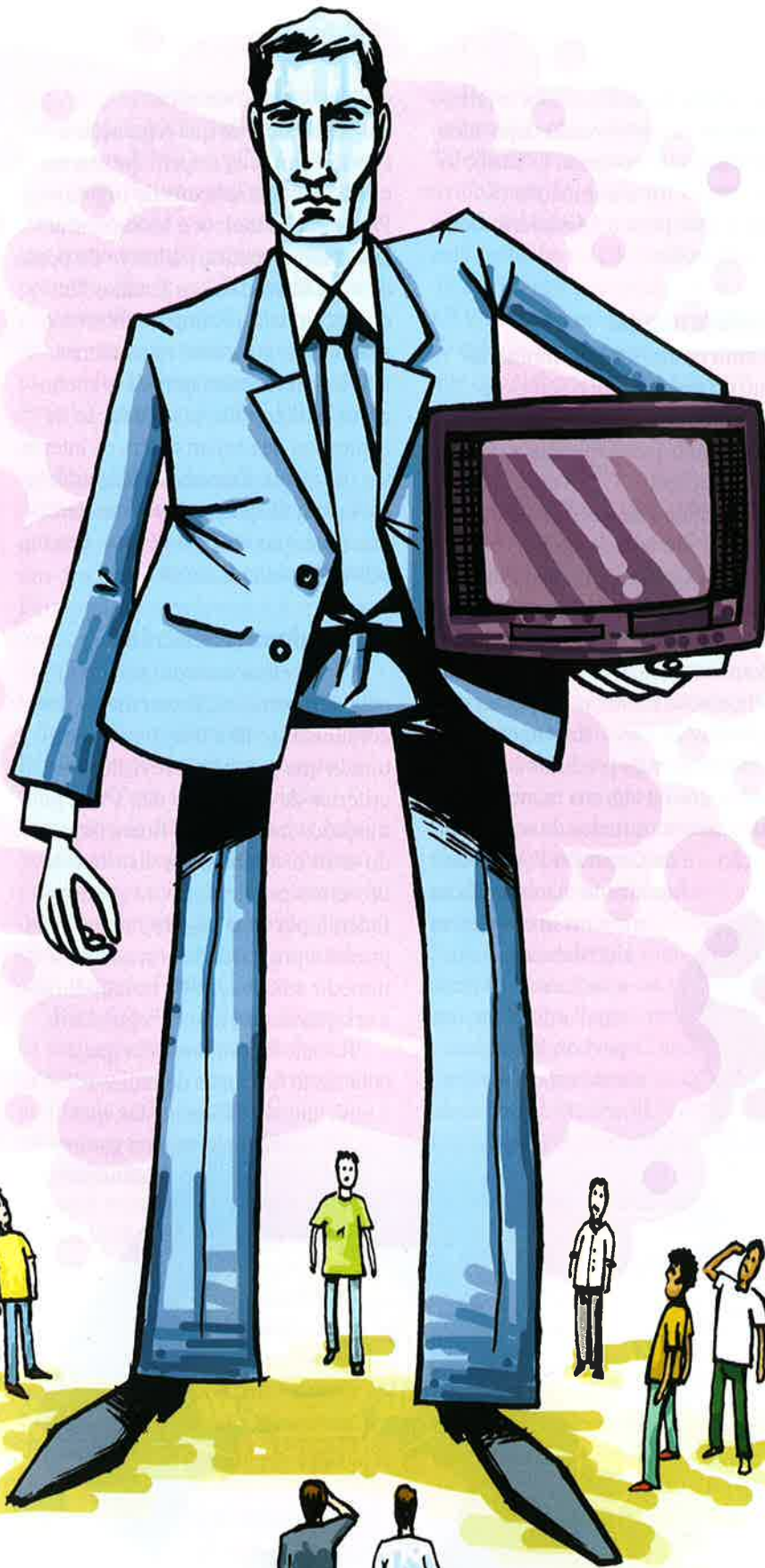
cultural da sociedade é urgente a sua democratização. Para o jornalista Celso Schröder, coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC e secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj esse déficit democrático é insuportável e tem graves reflexos para o País. “Uma democracia é proporcional à capacidade de pluralidade que ela tem. Um meio de comunicação é democrático na medida em que ele contenha o seu contraditório”.

É pensando em como garantir a pluralidade de informação e idéias que a UNE lança, em sua 5ª Bienal de Arte e Cultura, a campanha pela democratização dos meios de comunicação. “A comunicação se tornou um monopólio gigantesco, o fato dominante nas revistas, jornais, televisão é o fato de uma única corrente de pensamento, como aconteceu com a eleição de 2006 e a guerra no Iraque. Quebrar esse monopólio é garantir um debate menos manipulado sobre o conjunto dos interesses da sociedade”, afirma Pedro Campos, secretário-geral da UNE.

Gustavo Gindre do Conselho Diretor do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social avalia que a situação da comunicação no País está insustentável. “Não dá mais para termos essa legislação. Qualquer marco regulatório que o Brasil propuser vai ter que enfrentar o que não foi feito no século XX e, ao mesmo tempo, olhar para o que virá no século XXI. Não dá mais para fazer leis pensando apenas em radiodifusão e telefonia, precisamos olhar a Internet e as tecnologias digitais”.

### Batalha de Titãs

A legislação que orienta a comunicação no País é atrasada e assemelha-se a uma colcha de retalhos, na qual penduricalhos foram sendo acrescentados sem que fosse realizado, de fato, um debate mais global e profundo sobre o assunto. O Código Brasileiro de Telecomunicações data de 1962 e passou por modificações de caráter autoritário para adequá-lo ao regime militar. A Constituição de 1988 procurou estabelecer novos parâmetros de concessão e programação que permitissem maior democratização. Mas estes, ou foram



atropelados por leis posteriores, ou simplesmente ficaram sem regulamentação e foram esquecidos.

A criação de um marco regulatório que abra a caixa-preta da propriedade dos meios de comunicação, reforçando o caráter público dessa atividade e regulando o setor privado, esbarra no poder político e econômico dos atuais donos do negócio.

“Mexer nessa área é como mexer com redistribuição de renda, em algum momento você vai ter que tirar de A para dar para B, e o governo Lula simplesmente não sabe o que fazer, porque qualquer passo que ele dê vai desagradar alguém”.

### Ausência de políticas

Esse vácuo regulatório e a força do setor empresarial não foram enfrentados no primeiro mandato do presidente Lula. Schröder reconhece que havia uma sinalização de que o presidente não mexeria nessa questão “em função de um acordo de governabilidade que tinha sido feito com a radiodifusão, e isso é compreensível na política”, mas não deixa de expressar seu descontentamento diante de questões que poderiam ter tido maiores avanços, como nas decisões envolvendo a TV Digital e o tratamento dispensado às rádios comunitárias.

Nestes dois casos a gritaria é geral. A escolha do padrão japonês para a TV Digital privilegiou a plataforma de negócios como está hoje, concentrada. “O que tinha que ter sido feito era pegar o espectro da TV Digital e distribuído para que outros segmentos - públicos, estatais e privados inclusive - pudessem entrar na televisão aberta”, reclama Gindre.

Já as rádios comunitárias foram perseguidas e fechadas como os bandidos da hora. Rosane Bertotti, secretária de comunicação da CUT

Nacional se queixa, “ele (Lula) poderia ter tido uma forma de regulamentar as rádios”. A sindicalista alerta para um outro debate que tem sido menos divulgado: o das rádios digitais. “Se nós não conseguimos fazer com que as rádios comunitárias - que têm a participação efetiva das comunidades - possuam a concessão dos seus canais, imagina num processo de rádio digital. Corre-se o risco que estes pequenos meios de comunicação que atuam nas comunidades sejam favas contadas de uma história que nós vivemos, mas que a futura geração não conhecerá”.

“O Lula tomou posse com um cativeiro político que lhe permitia avançar sobre esse tema. Uma grande oportunidade foi perdida”, lamenta Gindre.

Contudo, os dois jornalistas concordam que bem no começo o governo teve uma boa iniciativa com respeito ao debate da TV Digital, montando o grupo para estudar o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, ou quando convocou representantes da sociedade para discutir a questão das rádios comunitárias. O recuo nessas tímidas

ações se deu quando a mídia reverberou denúncias envolvendo deputados e integrantes do governo. O símbolo desse recuo foi a nomeação de Hélio Costa para o Ministério das Comunicações.

### Isolado não dá!

Outra crítica feita ao comportamento do governo foi o seu isolamento, a falta de articulação com outros setores para enfrentar a pauta da comunicação. “O governo Lula se movimentou isolado diante dessas forças que são poderosíssimas e que na verdade têm governado o País nessas últimas décadas”, critica o coordenador do FNDC. Exemplos de derrotas sofridas por essa ausência de articulação foram as propostas da criação da Ancinav - uma agência reguladora para os produtos audiovisuais e que de alguma maneira incidiria sobre os meios de comunicação - e do Conselho Federal de Jornalismo. Ambas rifadas antes mesmo de terem sido debatidas com a sociedade. O principal argumento dos que bombardearam essas propostas foi a liberdade de expressão

e a luta contra a censura.

“Essa idéia de que regulação é censura tem uma origem que é a Sociedade Interamericana de Imprensa. Para eles, lei melhor é lei nenhuma. Isso é uma mentira, inclusive do ponto de vista liberal. Até os Estados Unidos, dos quais nós importamos tudo, menos seus conceitos reguladores, têm legislação para impedir o monopólio, o oligopólio, e a produção de conteúdos que sejam contra os interesses nacionais. Temos que dismantlar essa idéia de que qualquer interferência sobre o seu negócio é uma censura política”, alerta Schröder.

### Plataforma democrática

Os diversos setores que lutam pela democratização dos meios de comunicação têm uma pauta estruturada que passa pela revisão dos critérios de concessão das TV's; pela mudança na forma de financiamento do setor e, também, da distribuição de verbas publicitárias do governo federal; por uma legislação que proíba a propriedade cruzada para impedir a formação de monopólios; e a criação de um marco regulatório.

Rosane Bertotti ressalta que a concessão de canais de rádios e TV's é uma questão fundamental, mas insuficiente para garantir a democratiza-



ção. “É preciso discutir financiamento público de comunicação. Vamos imaginar que a UNE ou a CUT tivesse a concessão de um canal de TV aberta, qual a condição que as entidades citadas como exemplo teriam de ter uma programação no ar? Porque as redes privadas têm recursos públicos para assumirem seus programas, haja vista as grandes propagandas do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras”.

### Pluralidade de vozes

Incentivar a pluralidade de opiniões nos meios de comunicação é um dos eixos da campanha da UNE. Para isso, os movimentos sociais têm que ter seus veículos, as diferentes opiniões têm que ter vazão, ao contrário do que se dá hoje, onde há um “monopólio controlado por poucas famílias e, por incrível que pareça, financiado por verbas públicas. São cerca de seis famílias que hoje concentram quase 90% das verbas publicitárias, por isso o governo tem que ter uma posição mais ativa para desobstruir, quebrar esse monopólio”, defende Pedro Campos.

Para Schröder o governo precisa ter parcimônia para distribuir as verbas públicas “levando em conta as audiências, obviamente. É ingênuo nós acharmos que o governo não vai anunciar na Rede Globo e sim nas rádios comunitárias, que mesmo somadas não têm a audiência da Globo. Mas não é só a audiência”, afirma. Critérios como diversidade de programação, meios regionais, mídias educativas e comunitárias têm que ser considerados para garantir a pluralidade e, conseqüentemente, a democratização.

### Uma experiência alternativa

Num país de dimensões continentais, manter um meio de comunicação nacional, um programa de TV, é um desafio. É o que mostra a experiência

do ReperCUTe, programa da CUT que vai ao ar nos sábados à noite pela TV Bandeirantes e no domingo de manhã pela TV Cultura. “É uma experiência de êxitos, mas muito incipiente pelo tamanho da CUT. Além das dificuldades financeiras, várias vezes a TV Bandeirantes tem nos impedido de colocar o programa com a forma que nós elaboramos. Há também dificuldades para fazer esse programa nacional. Como conseguimos colocar uma experiência do Amazonas, do Nordeste, do Sul, é uma dificuldade. O que nos ajuda é a participação dos sindicatos”, relata Rosane Bertotti.

### Expectativas para o futuro

A expectativa para que haja mudanças de postura do governo neste segundo mandato são grandes. Um dos motivos é que pela primeira vez há um programa setorial voltado para a democratização dos meios de comunicação.

Porém, a avaliação geral é que se o governo Lula for deixado a sua própria sorte ele terá mais dificuldade de enfrentar essas questões. Assim, ganha força a proposta para a realização de uma Conferência Nacional para discutir as comunicações no País. “Percebemos que poderíamos propor um movimento que fortalecesse o governo, que demonstrasse para o Brasil a existência desse déficit democrático na área de comunicação, a importância que ela tem para a cultura, para a estrutura social do País, e para reverter uma situação de derrotas que tivemos no primeiro governo. Imaginamos que uma Conferência pudesse trazer à tona todo esse debate, focando a natureza pública que essa atividade requer e que está inclusive prevista na Constituição”.

A Conferência seria realizada nos moldes de outras conferências como a de Saúde, de Mulheres, Habitação,

com debates em municípios, estados e, ao final, um evento nacional. Envolveria os mais variados setores do governo como o Ministério da Educação, a Casa Civil, Ministério da Cultura e Comunicação, entidades da sociedade civil e até representantes da radiodifusão. O produto da Conferência seria um arcabouço de propostas para subsidiar políticas públicas para a comunicação brasileira.

O diretor da UNE, Pedro Campos, avalia que a realização da Conferência é importantíssima “porque transforma essa discussão em um assunto de interesse público, de toda a sociedade”.

Defensor da idéia da Conferência, o conselheiro do Intervozes faz uma ressalva quanto ao estabelecimento de consensos com o empresariado. “Acho muito difícil, mesmo que sejam consensos mínimos. Nós temos um empresariado na área da comunicação que é extremamente retrógrado, sequer está acostumado a dialogar com outros segmentos sociais. Então, por mais ampla que seja a Conferência vamos ter que comprar o conflito em algum momento”, prevê Gindre.

Toda essa plataforma só terá espaço se houver uma reorganização ministerial. O ministério da comunicação não pode continuar a ser o balcão de negócios que é desde o Collor, precisa voltar a ser uma pasta importante, o local de elaboração de políticas de governo. E é claro isso passa pela nomeação de um ministro que não esteja comprometido com os interesses ou da radiodifusão ou das teles. Já circula por parte de várias entidades um abaixo assinado para que Hélio Costa saia do Ministério.

Também se espera um recrudescimento da batalha entre radiodifusão e a telecomunicação, tornando ainda mais urgente o avanço do debate em torno da regulamentação do setor. “Entendemos a disputa de interesses

econômicos entre a radiodifusão e as telecomunicações, sabemos quais são os perigos de uma e de outra. Os movimentos sociais vão ter que ter a habilidade de explorar as contradições dessas disputas que irão surgir entre os grandes grupos econômicos”, diz Gustavo Gindre.

A esperança de mudanças recai,

também, sobre a origem social do atual governo, como lembra o representante do Intervezes. “Esse é um governo que tem maior abertura com os movimentos sociais, tem uma porosidade maior e, por isso, sofre mais pressão. O papel da sociedade civil é ter uma pauta mais definida, para conseguir pressionar

o governo Lula”, avalia Gindre.

Uma coisa é certa. Não haverá democratização da noite para o dia. Essa luta é um processo que acompanha o desenvolvimento da sociedade e das tecnologias, ainda mais numa área tão dinâmica.

O Brasil tem que recuperar o tempo perdido.

## Regular ou não? Eis a questão.

O Brasil ocupou manchetes de todo o mundo com a decisão da Justiça de bloquear o acesso dos brasileiros ao YouTube para atender ao pedido de direito à privacidade feito por Renato Molzoni Filho, mais conhecido como o namorado da modelo Daniela Cicarelli. As cenas íntimas filmadas numa praia pública da Espanha e o caminho encontrado para impedir sua veiculação acenderam a polêmica: É possível debater a regulação da Internet ou não?

O jornalista Celso Schröder coordenador-geral do Fórum pela Democratização da Mídia acredita que sim: “As leis existem para proteger os mais fracos, senão nós vamos para a lei do mais forte, que sempre é antidemocrática”.

Para não suscitar falsas polêmicas, Schröder delimita campos. “A censura é completamente incompatível com uma nação democrática. Por outro lado, não é possível que a comunicação seja um bem absoluto, que não precise de intermediações, que não leve em conta a dimensão do outro. A tecnologia permite isso de alguma maneira e há uma grande discussão internacional sobre isso”.

“Sou favorável à ampla liberdade de informação e de idéias. Porém, essa liberdade para ser efetiva tem que ser responsável. As informações que circulam em jornais, televisão e Internet são passíveis de serem verificadas. Não é possível confundir liberdade de imprensa

com a manipulação e o uso da mídia para difamar as pessoas, espalhar mentiras. Os meios de comunicação têm que ter um acompanhamento jurídico para que as pessoas que se sintam atingidas por essas notícias possam recorrer judicialmente”, opina Pedro Campos, da UNE.

Gustavo Gindre, do Intervezes, esclarece que os acessos e as trocas de dados da Internet já são bastante controlados, o que é pouco regulado é o seu conteúdo. “E, em última instância, quem controla os nomes (endereços eletrônicos) e números (IP, como o CEP do computador) da Internet no mundo é o governo norte-americano. Isso é questionado por vários países e um dos governos que mais tem questionado é o governo Lula, inclusive naquelas cúpulas da ONU sobre a sociedade da informação”.

A Internet tem vários aspectos que precisariam ser tratados, em grande medida, por uma legislação internacional. “A grande

questão que a Internet está trazendo é a necessidade de pensar um órgão regulador e uma legislação trans-fronteira que não pode ser deixada simplesmente ao mercado, como hoje, porque o mercado vai regular de acordo com os seus interesses”, afirma Gindre.

O Internet Government Fórum – é o embrião do que se espera de um órgão regulador mundial. Os EUA têm jogado para torná-lo um fórum inócuo, e alguns países como o Brasil para lhe conferir mais representatividade. Nele participam sociedade civil, empresários e governo, “ainda que ninguém saiba exatamente como fazer para que um fórum possa ter esses três setores coabitando. Como será: a Nórdica vale um voto e o Brasil vale um voto? Como colocar esses atores num mesmo espaço e com que representatividade?”, questiona Gindre.

Tudo isso está para ser decidido. Fiquemos de olho aberto!





**REFORMA:**

# Política sem Intermediários

**Construir mecanismos para fazer valer a vontade popular nas decisões mais importantes do Brasil é um dos principais objetivos da Reforma Política defendida por entidades do movimento social, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por empresários reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas como tudo no País, ela só acontecerá se houver uma ampla pressão social.**

*Por Renata Mielli*

**A**cada dois anos, o povo brasileiro se dirige a uma urna eletrônica para escolher as pessoas que o irão representar na difícil tarefa de conduzir o País, seja para elaborar as leis, seja para executá-las. O que os eleitos fazem com esse voto, depois, nem sempre é aquilo que a sociedade esperava. Esta fica amarrada, sem outros instrumentos para influenciar de maneira mais direta nos rumos do País. Resta esperar a próxima eleição e digitar outros números na urna.

É isso que os movimentos sociais, organizações não governamentais, e outras entidades da

sociedade querem mudar com a realização de uma Reforma Política. Na verdade, a Constituição de 1988 já previu mecanismos de participação popular, mas que por falta de regulamentação e vontade política não são utilizados ou, então, o são de forma restritiva e excludente.

Para o jurista Fábio Konder Comparato, professor de Direito da Universidade de São Paulo, o sistema político no País está estruturado na “persistente marginalização do povo, impedido de tomar diretamente as grandes decisões políticas, e uma representação popular falseada, que acabou criando um pequeno mundo

de agentes políticos irresponsáveis, cada vez mais distanciados da realidade social”.

## **Vontade popular**

Um dos remédios para essa grave doença é desbloquear a prática de plebiscitos e referendos, e reforçar a iniciativa popular de projetos de lei. A OAB apresentou ao Congresso Nacional dois projetos sobre o tema, o que tramita na Câmara dos Deputados sob o nº 4.718/2004, e o de nº 001/2006 que se encontra no Senado.

Konder Comparato explica que ambos determinam que o plebiscito e o referendo não possam ser realizados mediante iniciativa do chefe de Estado, “mas somente por iniciativa do próprio povo, ou por 1/3 de deputados federais ou de senadores, o que constitui a mino-

ria parlamentar qualificada para a decisão de se instalarem CPIs”. Além disso, os projetos da OAB ampliam o objeto de referendos para as emendas constitucionais e os tratados internacionais, e estabelecem alguns casos obrigatórios de plebiscito e de referendo.

No caso dos projetos de iniciativa popular, as propostas da OAB prevêm que os signatários não tenham que indicar o número do seu título de eleitor, e que as assinaturas não precisem ser conferidas uma a uma, como dispõe o Regimento Geral da Câmara dos Deputados. Também determinam que uma lei originária de iniciativa popular não possa ser revogada ou alterada, senão por outra lei de iniciativa do povo.

Há, ainda, o PL nº 00/1999 permitindo que os projetos de lei de iniciativa do povo possam ser apresentados por meio por cento do eleitorado nacional, ou por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, que representem este número, individualmente, ou mediante associação com outras. Hoje, a redação do art. 61, § 2º da Constituição Federal estabelece requisitos numéricos muito elevados para a iniciativa popular legislativa, o que o torna um instrumento restrito.

A democracia participativa que se dá através de conselhos, ouvidorias, conferências e audiências públicas também deve ser fortalecida. José Antônio Moroni do conselho diretor da Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES avalia que “os mecanismos de interlocução do Estado com a sociedade têm que ser realmente espaços de decisão pública e não devem estar restritos às questões sociais. Temos que ter participação, também, nas políticas econômicas e de desenvolvimento”.

Para o presidente da UNE, Gustavo Petta, o aprofundamento da democracia republicana no País é indissociável da construção de me-





canismos de participação popular, “para que o povo possa expressar de forma soberana e sem intermediários sua vontade e opinião para temas nevrálgicos que envolvem o desenvolvimento do Brasil”.

### **Governabilidade**

Além da participação popular, outros aspectos precisam ser revisitos numa Reforma Política. Entre eles está a relação entre os poderes Executivo e Legislativo. No Brasil, segundo Sônia Fleury professora de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, “governar tem sido um instrumento pouco democrático. Ao invés do Executivo executar e o Legislativo legislar houve uma inversão dos papéis. Hoje, a iniciativa de legislação é preponderante do Executivo, obrigando o Congresso a se subordinar, ao invés de ser o seu contrapeso. Isso tem dado condições de governabilidade, mas não é a melhor forma de democracia”.

Como o Brasil tem um sistema híbrido, no qual o Presidente é eleito sem a maioria do Congresso, o outro artifício utilizado para dar condições de governar é o uso da máquina pública como patrimônio do governante para ser distribuído por emendas e cargos, destaca Fleury. “Para desfazer essa relação viciada entre Executivo e Legislativo e aprofundar a capacidade da sociedade exercer maior controle e iniciativa legislativa o caminho seria fazer uma Reforma Política”.

### **Partidos e eleições**

No que tange ao funcionamento partidário, a professora da FGV lembra que o Brasil teve um curto período de consolidação de siglas, postas na clandestinidade em 1964. Com a redemocratização, 30 anos

depois, os partidos criados não eram mais os mesmos, e houve dificuldade de constituição de uma identidade partidária. Outro aspecto que ela ressalta é que, “convivemos com um sistema eleitoral que, por não ter lista fechada, privilegia o personalismo e o individualismo. A não existência da fidelidade partidária, também diminui o comprometimento do parlamentar com o partido, enfraquecendo-os. Uma reforma teria que reverter isso”.

Recentemente, o debate acerca da cláusula de barreira mobilizou posições sobre a questão partidária. Julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a cláusula de barreira “não constitui um aperfeiçoamento do sistema representativo”, na opinião de Fábio Konder Comparato.

“A cláusula de barreira dificulta os partidos pequenos e ideológicos. O próprio PT não teria a força que tem se houvesse cláusula de barreira. O que foi proposto era uma medida tão dura que impediria o voto minoritário e um país é mais democrático quanto mais as opiniões são expressas”, avalia Sonia Fleury.

### **Combate à Corrupção**

Quando o tema é o combate à corrupção, a Reforma Política também aparece como uma das iniciativas para superar o problema. “É óbvio que uma reforma de nossas instituições políticas não eliminará a corrupção no País. Mas algumas medidas legais, constantes da proposta que o Fórum da Cidadania para a Reforma Política apresentou ao Conselho Federal da OAB ajudarão a reduzir o nível da corrupção partidária, eleitoral e também nas relações entre o Legislativo e o Executivo”, avalia Comparato.

Um tópico polêmico da Refor-

ma Política é o que trata do financiamento de campanha. Muitas entidades como a UNE, a UBES, CUT defendem o financiamento público exclusivo como forma de reduzir substancialmente a intervenção do poder econômico privado nas eleições, que aloca seus recursos de acordo com interesses que nem sempre coincidem com os do País. Garante, ainda, mais transparência no processo e reduz as discrepâncias entre as campanhas.

### **Pressão**

O xis da questão quando o assunto é Reforma Política é o fato de ela ser realizada justamente por aqueles que se elegem e usufruem do atual sistema político. “Há um consenso no Congresso da necessidade da Reforma Política. Mas esse é o único consenso que existe. Quando se vai para o debate do conteúdo não se consegue chegar a um consenso mínimo, porque se esbarra nos interesses”, lamenta Moroni.

“O único caminho que pode garantir a realização desta reforma é a pressão popular. Tem que haver intensa mobilização da sociedade, envolvendo os mais variados segmentos, para que a Reforma seja feita respeitando os interesses da maioria e o aprofundamento da democracia no País”, ressalta o presidente da UNE.

O professor Comparto concorda e conclama: “Nada espero do Presidente ou do Congresso Nacional se não conseguirmos montar um formidável esquema de pressão sobre eles. Nesse particular, porém, sou de uma incompetência manifesta. Apelo à experiência da UNE para viabilizar a montagem desse grupo de pressão. E que Deus nos ajude!”.

# América do Sul:

## rumo a um futuro alternativo

Por Noam Chomsky\*



**N**o mês passado, uma coincidência de nascimento e morte marcou uma transição para a América do Sul e também para o mundo.

O ex-presidente e ditador chileno Augusto Pinochet morreu enquanto líderes de nações sul-americanas concluíam dois dias de reunião dos chefes de Estado em Cochabamba, Bolívia. Nesse encontro, que teve o presidente Evo

Morales como anfitrião, os participantes e a agenda representavam a antítese de Pinochet e de sua era.

Na declaração de Cochabamba, os presidentes e representantes de 12 países concordaram em estudar a idéia de formar uma comunidade continental semelhante à União Européia.

A declaração marca um novo estágio rumo à integração regional na América do Sul, 500 anos depois das conquistas européias.

O subcontinente, que vai da Venezuela até a Argentina, pode, ainda, tornar-se um exemplo ao mundo de como criar um futuro alternativo baseado em um legado de império e terror.

Os Estados Unidos vêm há muito tempo dominando a região com dois métodos principais: violência e estrangulamento econômico. Geralmente, as relações internacionais têm mais que uma leve semelhança à Máfia. O

Poderoso Chefão não deixa nada passar quando cruzam o seu caminho, mesmo que seja um simples assistente de loja.

Tentativas anteriores de independência foram massacradas, parcialmente devido à falta de cooperação regional. Sem isso, ameaças têm que ser combatidas uma a uma (América Central, infelizmente, ainda precisa superar o medo e a destruição que restam de décadas de domínio dos EUA – que bancou o terror, especialmente durante os anos 1980).

Para os Estados Unidos, o verdadeiro inimigo sempre foi o nacionalismo independente, particularmente quando este ameaça tornar-se um “exemplo contagioso”, emprestando-se a caracterização de Henry Kissinger sobre o socialismo democrático no Chile.

Em 11 de setembro de 1973, as forças de Pinochet atacaram o palácio presidencial chileno. Salvador Allende, então presidente democraticamente eleito, morreu dentro do palácio, aparentemente tendo tirado a própria vida, porque ele não estava preparado para se render ao ataque que demoliu a mais antiga e vibrante democracia da América Latina e estabeleceu um regime de tortura e repressão.

O número oficial de mortos durante o golpe é de 3.200; os dados reais são comumente estimados em no mínimo o dobro. Um inquérito governamental 30 anos após o golpe encontrou evidências de aproximadamente 30.000 casos de tortura durante o regime Pinochet. Dentre os líderes em Cochabamba estava a presidente chilena, Michelle Bachelet. Como Allende, ela é socialista e física. Ela também é ex-exilada e prisioneira política. Seu pai foi um

general morto na prisão depois de ser torturado.

Em Cochabamba, Morales e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, celebraram a nova *joint venture*, um projeto de separação de gás na Bolívia. Essa cooperação fortalece o papel da região como principal agente na energia global.

A Venezuela já é o único país latino-americano membro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e tem as maiores reservas conhecidas de petróleo fora do Oriente Médio. Chávez já vislumbra a Petroamerica, um sistema de energia integrado, do mesmo tipo que a China vem tentando implementar na Ásia.

O novo presidente do Equador, Rafael Correa, propôs um comércio por terra e fluvial ligando a Floresta Amazônica brasileira à costa pacífica equadorenha – um equivalente sul-americano ao Canal do Panamá.

Outros desenvolvimentos promissores incluem a formação da Telesur, uma nova estação de televisão pan-latino-americana com sede na Venezuela, e um esforço para quebrar o monopólio da mídia ocidental.

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu aos líderes que superem as diferenças históricas e que unam o continente, ainda que seja uma tarefa difícil.

A integração é pré-requisito para uma independência genuína. A história colonial – Espanha, Inglaterra e outros poderes europeus, os Estados Unidos – não apenas afastou os países uns dos outros, como também deixou neles uma afiada divisão interna, formando uma elite pequena e rica e uma massa de população empobrecida.

Os principais controles econômicos nos últimos anos vieram do Fundo Monetário Internacional, que é um ramo virtual do tesouro norte-americano. Mas a Argentina, o Brasil e agora a Bolívia se libertaram das regras do FMI.

Por causa de novos desenvolvimentos na América do Sul, os Estados Unidos foram forçados a reajustar a sua política. Os governos que agora têm apoio dos EUA – como o Brasil de Lula – também já foram massacrados no passado, como com o golpe ao presidente João Goulart em 1964, financiado pelo governo norte-americano.

Hoje, no entanto, para manter as boas relações Washington precisa contornar alguns fatos. Por exemplo: quando Lula foi reeleito em outubro, um dos seus primeiros atos foi voar para Caracas para apoiar a campanha eleitoral de Chávez. Lula também dedicou um projeto brasileiro na Venezuela, a ponte sobre o rio Orinoco, e discutiu outras *joint ventures*.

A velocidade em que os eventos acontecem está aumentando. Também no mês passado o MERCOSUL continuou a dialogar sobre a união sul-americana no seu encontro semestral no Brasil, onde Lula inaugurou o Parlamento do MERCOSUL – mais um sinal promissor de exorcismo e libertação dos demônios do passado.

*\*Professor de linguística do MIT (Massachusetts Institute of Technology).*

*Texto publicado no International Herald Tribune.*

*Tradução: Tariana Brocardo*

# União pela SOBERANIA

Pouco antes dos líderes sul-americanos se reunirem na Bolívia para debater a possibilidade de criar uma maior integração econômica, comercial, cultural, social e política entre os seus países – durante a Cúpula dos Presidentes dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações, na mesma Cochabamba a qual Noam Chomsky se refere no artigo anterior –, representantes de movimentos sociais de toda a América Latina participavam da Cumbre Social pela Integração dos Povos. Realizado entre os dias 06 e 09 de dezembro, o encontro reafirmou e ampliou a articulação dos movimentos sociais do continente para alcançar mais direitos para os latino-americanos.

Essa integração de organizações não governamentais e da sociedade civil ganhou mais visibilidade internacional com a realização do I Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre, em 2001. Desde então, foram mais 6 edições do FSM, com a realizada neste mês de janeiro na África; encontros sul-americanos, fóruns setoriais como o Fórum Cultural Mundial e o Fórum Mundial de Educação, entre dezenas de outras iniciativas que têm o objetivo de fortalecer a luta pela soberania e independência dos

povos e países, em particular os do chamado eixo Sul-Sul.

## América Latina renovada

O elemento diferencial da Cumbre de Cochabamba é o fato de haver, na América Latina, um novo contexto político, mais favorável às mudanças e ao clamor dos movimentos sociais em razão da ascensão de setores progressistas em muitos desses países. Foram 12 eleições presidenciais desde novembro de 2005, com vitórias importantes como a da Nicarágua, Chile, Bolívia, Venezuela, Brasil e Equador. Nos casos onde não houve vitória, deu-se no mínimo uma forte contestação do projeto neoliberal - que aflora a cada dia descontentamentos e produz fissuras sociais na região, como no caso do México.

Para o diretor da UNE Maurício Piccin essas novas forças político-sociais que governam boa parte dos países da região permitem “concretizar a retomada da identidade dos povos através da sua integração e pode consolidar um enfrentamento à ordem imperialista norte-americana, construindo um futuro soberano para o povo latino-americano”. Piccin avalia, no entanto, que “isso vai depender, principalmente, da capacidade dos movimentos sociais

de construir os seus laços de integração e traçar uma estratégia capaz de enfrentar os interesses imperialistas, a fim de empurrar cada vez mais à esquerda, sem divisionismos, os governos que se aproximam de um projeto democrático e popular.”

Com esses governos progressistas, os movimentos sociais encontram um cenário no qual os chefes de Estado recebem de forma mais positiva as reivindicações. Segundo a diretora de Relações Internacionais da UNE, Lúcia Stumpf, que esteve em Cochabamba, a principal diferença que se pôde sentir nessa Cumbre foi “o amadurecimento para entender como é importante um diálogo com os governos. Até então, havia dificuldades em estabelecer essa relação visando garantir a autonomia de todo o movimento social - um princípio básico, pois para ter êxito frente a qualquer



governo tem que ter autonomia. Percebemos, porém, que o diálogo não vai quebrar nossa autonomia. Essa foi a marca da Cumbre. A implantação da Comunidade Sul-americana de Nações, protagonizada pelos chefes de Estado e representantes dos movimentos sociais, deve passar pelo diálogo com os povos do continente”.

Na pauta de reivindicações da Cumbre de Cochabamba está a cooperação solidária em vários campos (energia, transportes, cultura, comércio, educação), com o objetivo de constituir um bloco mais autônomo e com capacidade de intervir de forma protagonista no contexto mundial. Também se reafirmou a luta contra a Guerra desencadeada por Bush ao Iraque e todas as suas ações de afronta à soberania dos países.

### Reunião do Mercosul

Pouco antes do fechamento desta edição de *Movimento*, a realização da reunião entre os presidentes dos países sul-americanos, no Rio de Janeiro, escreveu mais um capítulo da história de construção do Mercosul. O encontro reafirmou o relevante papel político que este bloco tem a cumprir para garantir um posicionamento mais soberano da região no contexto internacional.

Apesar de ainda haver arestas a

serem aparadas e da necessidade de acelerar o processo de integração, os chefes de Estado estão unidos em torno da importância desse processo.

### Oclae

Durante a Cumbre de Cochabamba, a Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes – Oclae teve papel destacado na articulação das reivindicações do movimento estudantil. Realizou com êxito um encontro para discutir o tema educacional. Nele, indicou-se que uma integração solidária na educação passa pela criação de mais canais de diálogo entre os países do continente, para estimular, por exemplo, o ensino da língua portuguesa nos países vizinhos e da língua espanhola no Brasil, facilitando o deslocamento dos estudantes universitários, sem burocracias para que o estudante daqui possa concluir seu curso numa universidade de outro país da América do Sul.

A Oclae também realizou durante o 7º FSM da África, o 6º Encontro Internacional dos Estudantes, com entidades estudantis de todos os países, onde aprovou uma agenda de lutas para o próximo período, com centralidade para a luta contra a mercantilização da educação.





# Brasil África

# Um Rio



Negros, brancos e índios  
Eis a miscigenação  
Ditando moda,  
fixando os costumes  
Dos rituais e a tradição  
(Martinho da Vila)

A 5ª Bienal de Arte, Cultura e Ciência da UNE voltou seu olhar ao grande oceano que banha as margens de nosso continente, buscando ver além-mar o continente de nós dividido. A África.

# chamado



# Atlântico

Esta África que foi determinante ao processo civilizatório brasileiro, porque de lá veio um ingrediente vivo, pulsante, transformador: o negro.

O negro que trouxe consigo "saberes, técnicas, artes, folguedos, linguagem, ritos e mitologia" e que foram recriados por seus descendentes, os afro-brasileiros.

**Movimento** mergulha neste imenso oceano e traz um Especial com artigo do

professor da Sorbonne Luiz Felipe de Alencastro sobre as particularidades do escravismo no Brasil, que moldaram a sociedade tal qual a vivemos hoje.

Traz, também, contribuição do compositor e estudioso da cultura afro-descendente, Nei Lopes, sobre as influências culturais e religiosas que aqui se transformaram e enriqueceram nossa arte.

Mergulhe conosco neste imenso rio chamado Atlântico.





# A Singularidade do

Por Luiz Felipe de Alencastro\*

Nenhuma parte do Novo Mundo conviveu com a escravidão em tão larga escala como o Brasil. Dos 11 milhões de africanos desembarcados nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o território brasileiro num período de três séculos (1550-1850). Os Estados Unidos, que praticaram o tráfico negreiro entre 1650 e 1808, receberam perto de 600.000, ou seja, 5,5% do total de africanos. Assim, o Brasil aparece como o agregado político americano que captou o maior número de africanos e que praticou a escravidão durante mais tempo.

Além do mais, o Brasil foi o único agregado político americano que participou diretamente da pilhagem negreira na África. Tanto na época colonial como no Império, negreiros, negociantes e militares vindos do Brasil empreitaram operações escravistas no interior do continente africano. E mais particularmente em Angola. Por isso, escrevi alhures, “a destruição constante de Angola se apresenta como a contrapartida da construção contínua do Brasil”.

O historiador americano Dale Tomich procurou distinguir, de um lado, a escravidão articulada às economias européias dos séculos XVI-XVIII e, de outro lado, o escravismo mais recente conectado à Revolução Industrial. Assim, ele constata que a produção de algodão, açúcar e café para os mercados dos países industrializados

oitocentistas, encaixou o escravismo do Sul dos EUA, do Brasil, de Cuba e de Porto Rico num quadro bancário, num processo produtivo (uso de máquinas, de transporte ferroviário e de navegação a vapor) e num mercado consumidor (com a participação crescente de classes médias e trabalhadoras européias e americanas), distintos e mais evoluídos que a inserção mercantil dos séculos anteriores.

Tomich está certo. Porém, ele privilegia fatores econômicos e sociais, abstraindo a esfera política, onde ocorre o impacto mais profundo da modernização do escravismo.

Neste ponto, evidencia-se, mais uma vez a singularidade brasileira. De fato, é preciso observar as discrepâncias políticas existindo entre Cuba e o Brasil, os dois maiores importadores de africanos na primeira metade do século XIX. De saída, o estatuto político da Ilha – colônia espanhola até 1898 – limitava a autonomia dos cubanos. Em seguida, Cuba (e Porto Rico) estava submetida a um jogo de influências, no qual, além de Madri e de Londres (oposto ao tráfico negreiro praticado pelos cubanos), Washington também intervinha. À caça de negreiros, a marinha de guerra inglesa não podia penetrar nas águas cubanas por causa da hostilidade da Espanha e dos EUA.

No Brasil, o caso era outro. O País se apresentava como a única nação independente intensamente envolvida no tráfico negreiro e dotada de um escravismo de dimensões continentais. Declarado ilegal em 1831, pela legislação brasileira edi-





# Escravismo Brasileiro

tada sob pressão britânica, e considerado em seguida como um crime de pirataria, o comércio negreiro prosseguiu até 1850 e a escravidão só foi abolida em 1888.

Separado o caso colonial cubano do caso brasileiro, cabe abordar a natureza do escravismo entranhado no Estado nacional, como acontecia nos Estados Unidos e no Brasil, no século XIX.

Deportado da África ou nascido no solo brasileiro, o cativo incorporava-se ao campo das leis civis, comerciais e penais do País. Tais leis eram debatidas e redigidas no Parlamento, nas Assembléias provinciais e nas câmaras municipais. É também nos tribunais brasileiros que se definia a jurisprudência na matéria. Nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, juristas e futuros advogados -, cuja vida e profissão se imiscuia no cotidiano dos escravos -, estudavam o efeito contraditório da extensão do Direito Positivo na sociedade escravista. Da mesma forma, era nas instâncias nacionais que se decidia o futuro do escravismo, ou sua eventual abolição, e as alternativas presentes no horizonte dos cidadãos. O mesmo ocorria nos Estados do sul dos Estados Unidos. Por isso, ali e no Brasil, o caráter local, nacional, das leis, levava à refundação do escravismo no quadro do Direito moderno e da contemporaneidade. Desde logo, a afirmação da escravidão como fundamento da soberania nacional define, no Sul dos EUA e no Brasil, um campo histórico original. Isto pôsto, é importante notar as disparidades entre os dois países. Dada a organização federal america-

na, o abolicionismo conseguiu consolidar-se na esfera regional. Quando o tráfico negreiro para os EUA foi abolido em 1807, a escravidão havia sido eliminada em 8 dos 17 Estados americanos. Daí para a frente, o sistema subsistiu entre os Sulistas como uma prerrogativa regional combatida pelos outros Estados da federação.

No Brasil, ao contrário, a escravidão se estendia sobre a totalidade do território, envolvendo todas as camadas sociais e unindo a opinião pública em torno do sistema. Para se ter uma idéia, em 1850, na província do Rio de Janeiro, o número de escravos (294.000) ultrapassava o número de

livres e libertos (264.000). Na cidade do Rio, cõrte de uma monarquia que tinha pretensões de representar a civilização européia no Novo Mundo, viviam na mesma data, 266.000 habitantes dos quais 110.000 (41%) eram escravos, formando a maior concentração urbana de cativos das Américas e da época moderna. Ricos, remediados e pobres; padres, padeiros e militares; fazendeiros e escreventes; muita gente possuía escravos.

Este largo consenso nacional sobre a propriedade escrava compõe o fundamento histórico do escravismo brasileiro.

*\*Professor titular de História do Brasil da Universidade de Paris Sorbonne, autor de "O Trato dos Videntes - Formação do Brasil no Atlântico Sul" (Companhia das Letras, São Paulo, 2000) e editor do blog <http://sequenciasparisienses.blogspot.com>*





# Carnaval e a

Por Nei Lopes\*

Quase sempre, quando se procura estabelecer as origens do carnaval brasileiro, vão-se buscar referências na Antiguidade clássica e na Europa renascentista. Entretanto, a nosso ver, a festa, principalmente no que tem de público, aberto e mais democrático, encontra também boa parte de sua gênese em costumes africanos aqui aclimatados ou crioulizados, notadamente religiosos. E, assim, remetemos nosso pensamento aos tempos anteriores ao surgimento das escolas de samba, quando manifestações festivas e folguedos dos negros no Brasil eram, como em todas as comunidades negras nas Américas, realizadas principalmente no dia 6 janeiro, na festa católica da Epifania, consagrada aos santos Reis Magos.

Nesse tempo, não só no dia de Reis como nos consagrados a outros santos, os negros, principalmente os bantos de Congo, Angola e Moçambique, embora portadores de outras informações religiosas, buscavam inserção social através da participação nas festas da Igreja hegemônica. E isso, não apenas objetivando inclusão mas efetivamente incorporando o culto dos santos católicos ao seu universo filosófico, dentro da concepção de que se os brancos eram senhores, o eram pelo poder de seus santos; e a força vital, a energia, desses santos lhes poderia ser útil também.

Mais tarde, as manifestações dos negros foram proibidas nas celebrações efetivamente religiosas e deslocadas para o espaço do carnaval, que, embora profano, também

faz parte do calendário católico.

Festa cristã que marca a entrada da Quaresma, o carnaval encontra similares em várias culturas africanas, como a Akan, na qual é comum a realização de um grande festival anual, o *odwira*, seguido de um longo período de recolhimento e abstinência, como na tradição de Roma. Certamente devido a essa similitude, as celebrações carnavalescas nas Américas devem grande parte de sua alegria e seu brilho, fundamentalmente, à música dos afrodescendentes. Assim foi e é nos ranchos carnavalescos, escolas de samba, afoxés, maracatus, blocos-afro etc. no Brasil; no candombe platino; nas comparsas cubanas; no mardigras, nas Antilhas e em New Orleans.

Nas Antilhas, o carnaval foi introduzido pelos católicos franceses, que costumavam estendê-lo por um bom tempo antes de enfrentarem os rigores da quaresma, sendo que, na Martinica, o costume foi adotado por volta de 1640. Isolados pela sociedade dominante, os escravos uniram-se para celebrar o carnaval à sua moda, com a música e a dança de sua tradição, introduzindo, na festa europeia, além de seus instrumentos, suas crenças e seu modo de ser. Depois da devastadora erupção vulcânica de 1808, a tradição carnavalesca reviveu em Fort-de-France, a nova capital onde, hoje, os preparativos começam na já mencionada Epifania, em janeiro, e se estendem até a quarta-feira de cinzas. Durante esse período e no carnaval propriamente dito, as máscaras têm lugar destacado na festa. E além das que home-

nageiam ou criticam personalidades do momento, como artistas, políticos etc., há aquelas relacionadas à morte, cheias de simbologias africanas — das quais o poeta e estadista Aimé Césaire encontrou o significado em rituais da região de Casamance, no norte do Senegal. No Haiti, de um modo geral, o carnaval é celebrado dentro desse mesmo espírito e com traços semelhantes aos carnavais do Brasil, de Trinidad e de New Orleans.

Em nosso país, a descrição de um festival de negros, em 1808, no campo de Santana, provavelmente em honra da família real portuguesa e da qual participaram mais de 2000 indivíduos, transcrita por Mary Karasch em “A vida dos negros no Rio de Janeiro” (Cia. das Letras, 2000, págs. 326-27), é exemplar. Supomos estar aí a gênese remota das escolas de samba, surgidas no Rio depois de proibidas, em algumas cidades como Salvador, “a exibição de costumes africanos com batuques” e duas décadas antes de se criar, na mesma capital baiana, o afoxé Filhos de Gandhi, “para divulgação do culto nagô, como forma de afirmação étnica”, segundo seus estatutos.

Assim, então, fez-se o carnaval. Porque, como disse alhures um africano, “não existe um Deus que não dance”. E os nossos, no continente de origem e na Diáspora, dançam também. E como dançam!

*\*Autor e intérprete da Música Popular, poeta e pesquisador das Culturas Diáspora Africana. Publicou, entre outros títulos, “O Samba na Realidade”, “O Negro no Rio de Janeiro e sua Tradição Musical” e “Sambeabá”.*

religiosidade

negra





# UNIVERSIDADE É LUGAR DE

Por Rafael Minoro, Karina Padial e Danielle Franco



**A cultura universitária está em alta. A 5ª Bienal da UNE teve recorde de trabalhos inscritos e mobilizou milhares de jovens de todo o País. O Rio de Janeiro é o palco desse grande encontro cultural.**

**P**ara boa parte dos brasileiros, a cultura se resume às músicas das rádios, espetáculos grandiosos, mega shows, superproduções cinematográficas, ou livros que estão nas principais estantes das grandes livrarias.

À margem deste admirável mundo das grandes somas milionárias, fica a produção artística dos universitários. Com originalidade e muita disposição, os es-

tudantes provam que não existem barreiras na construção de uma cultura inovadora, plural, multiétnica e transformadora.

Prova real de que o ambiente acadêmico continua sendo o principal pólo de criatividade cultural é o resultado final da Mostra Universitária da 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE. O festival, que acontece na capital carioca de 27 de janeiro a 2 de fevereiro, recebeu número recorde

de trabalhos inscritos: 1.304. Uma curadoria separada por áreas e formada por profissionais e artistas, selecionou 219. São filmes, poemas, crônicas, fotografias, músicas, quadros, peças de teatro, instalações e trabalhos científicos que terão a oportunidade de participar do maior evento artístico estudantil do País.

Na avaliação do coordenador-geral da 5ª Bienal, Tiago Alves, este foi o resultado de um trabalho

# artista!

conjunto de toda a rede do movimento estudantil, que durante meses se mobilizou para que esta edição do festival fosse a melhor já realizada não apenas em quantidade, mas também em qualidade.

“A 5ª Bienal vem consolidar a construção do Circuito Universitário de Cultura e Arte, o CUCA da UNE, como um Instituto. A função do festival é fortalecer esta rede nacional de produção e distribuição da arte universitária. Por isso, construímos esse evento na base da integração e da participação de toda a rede do movimento estudantil, contando com a colaboração e divulgação das entidades nos estados”, avalia Tiago.

UEE's (União Estadual dos Estudantes), DCE's (Diretório Central dos Estudantes), CA's (Centros Acadêmicos) e os núcleos CUCA's (Centro Universitário de Cultura e Arte) espalhados pelo Brasil foram os responsáveis pelos preparativos. Além de serem pontos de inscrições de trabalhos, as entidades realizaram festas, Pré-Bienais, debates sobre o tema desta edição, “Brasil-África: um Rio chamado Atlântico”, e organizaram as caravanas.

Para Tiago, esse Circuito da contracultura estudantil vem se tornando referência e a cada ano amplia a construção da “Rede Jovem de Cultura”. Ele define essa Rede como um instrumento de difusão formado não apenas pelos CUCA's, “mas uma parceria com diversas outras ações que hoje tornam a juventude protagonista no processo de transformação social

por meio da cultura”.

O diretor de Cultura da UNE, Gustavo Viana, reforça a idéia da Rede. “Para isso, é preciso solidificar as ações que já existem, criando um circuito de troca permanente entre os Pontos de Cultura que lidam com a temática do jovem, na qual a cultura seja oxigenada, as ações se sustentem mutuamente, e que a arte seja um espetáculo cotidiano, mais importante do que o quanto se paga para que ela aconteça”, diz.

O presidente da UNE, Gustavo Petta, completa: “Em formato de um festival, dividido em diversas frentes de atuação, a proposta das Bienais é criar um canal permanente de comunicação horizontal, livre e democrático, para a integração e troca de experiências entre a produção artística gerada dentro das universidades brasileiras. É o momento em que o vídeo do estudante do Mato Grosso ou a peça de teatro do grupo da Bahia serão apresentados a um público formado por jovens de todas as regiões do País”, explica.

## Brasil-África: um Rio chamado Atlântico

Abrangendo todas as áreas da produção cultural – música, artes cênicas, artes visuais, literatura, ciência e tecnologia, e cinema e vídeo – a 5ª Bienal terá programação voltada para a reflexão do tema “Brasil-África: um Rio chamado Atlântico”. O propósito é realizar amplo debate acerca das relações historicamente construídas com o continente africano.

A compreensão da identidade

nacional passa pelo entendimento de que somos um povo em formação, novo, mestiço. Confirmando esta idéia, a 5ª Bienal da UNE costura os fios de uma história que aparentemente se perdeu: nossa relação com a África e sua influência na formação da cultura brasileira.

A escolha do título partiu da leitura do clássico “Um Rio chamado Atlântico”, do historiador, diplomata, africanista e ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Alberto da Costa e Silva.



## Campos do Jordão: a capital da cultura universitária

Em São Paulo, a União Estadual dos Estudantes organizou a sua própria Bienal, como uma etapa preparatória para o festival da UNE. Com o tema “São Paulo – Fluxos: Idas e Vindas de Muitas Caras”, o evento discutiu a influência das migrações internas e exter-

nas na formação do povo paulista.

Durante quatro dias, mais de 500 estudantes de várias cidades puderam conferir os trabalhos universitários de artes cênicas, artes visuais e música. Quem conseguiu se inscrever, ainda participou de oficinas de maracatu, bonecos e circo. À noite, a sonzeira tomou conta do ambiente com shows das bandas Farufyno, Peixelétrico, Sacririoulo, Face da Morte e a grande revelação: o Projeto Fuá, de Campinas, que acabou selecionado para fazer um show na 5ª Bial.

A Bial de São Paulo contou ainda com a presença de personalidades como o ator e diretor Antonio Abujamra, que brilhou na abertura do evento; o escritor Ferréz, convidado para expor um pouco do conceito sobre a literatura marginal; o jornalista Raimundo Pereira, que falou sobre a democratização da comunicação; e o professor Otaviano Elenc, compondo a mesa sobre a Educação.

### Pré-Bienais rumo ao Rio de Janeiro

A Pré-Bial organizada pela União dos Estudantes da Bahia (UEB) integrou a programação do 3º Festival Universitário da Bahia, o FUBA, que há três anos evidencia os mais atuantes grupos de produção cultural independente. Com o tema: "Um Ser Tão Chamado Cultura", reuniu entre 10 e 16 de dezembro artistas de todas as universidades do estado, além de contar com a presença de convidados como o músico BNegão.

Em Brasília, o CUCA-DF reuniu estudantes no Centro Comunitário da UnB e promoveu shows de bandas de música afro-brasileira.

O CUCA-Araguaia, no Mato Grosso, também trouxe o tema para o centro das discussões

durante a Semana da Consciência Negra. Juntamente com a Secretaria Municipal da Igualdade Racial e com o DCE da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), o encontro resgatou a História da África e celebrou a cultura negra com shows de rap e reggae.

Alexandre Rauh, coordenador do CUCA-Araguaia acredita que esse tipo de evento é muito importante. "Além da comunidade acadêmica ficar inteirada sobre o que o movimento estudantil tem



concentrado seus debates na área cultural, nós abrimos espaço à expressão de manifestações afro-brasileiras, que são reprimidas pela sociedade", ressaltou

Já o CUCA-Paraná divulgou a 5ª Bial com muitas intervenções artísticas nos municípios de Campo Mourão, Maringá, Guarapuava, União da Vitória e Londrina.

Os estudantes de Minas Gerais também não ficaram de fora. Os

DCE's da UFU e da UFMG aproveitaram para refletir sobre a cultura regional e iniciar as discussões sobre a construção de um núcleo CUCA no estado. Na UFU, teve até show do roqueiro Marcelo Nova.

Em Goiás, a UEE promoveu entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro uma série de encontros para discutir o tema da 5ª edição. O encontro contou com a presença de representantes da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e do Governo Federal. Além dos debates ocorreu a mostra universitária e exibição de filmes.

Para estimular a reflexão sobre o tema Brasil-África, o CUCA-Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba realizaram, entre os dias 20 e 24 de novembro, o seminário sobre "História da África e Cultura Afro-Brasileira" que contou com a organização do Comitê Pró Neab-i (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e dos Povos Indígenas). A programação incluiu a apresentação de comunidades afro-brasileiras, debates e a presença de representantes dos Quilombos Caiana dos Crioulos e Pedra D'Água - AfroUnecb, que expôs trabalhos artesanais, ofereceu comidas típicas e fez espetáculos de dança.

A UEE-RJ também organizou o seu evento. A Pré-Bial em Campos Goytacazes reuniu cerca de 300 estudantes, entre os dias 28 e 29 de novembro, na Universidade Estadual Norte Fluminense e no CEFET. Um dos pontos altos da programação que contou com exibição de filmes, palestras, mesas-redonda, apresentação sinfônica e de Jongo - dança de roda de origem africana - foi o espetáculo teatral "Verso e Reverso" da Cia. Nós do Teatro.



Todas as fotos utilizadas nesta matéria são da III Bienal UEE/SP

## APÓS LONGA TRAJETÓRIA, CUCA VIRA INSTITUTO E AMPLIA ATUAÇÃO JUNTO AOS UNIVERSITÁRIOS

Você já imaginou se a rica produção cultural que acontece dentro das universidades brasileiras pudesse circular por todo País numa troca de experiências intensa entre os estudantes? Pois isso já existe. É uma realidade desde a criação do Circuito Universitário de Cultura e Arte, projeto que ganhou o carinhoso apelido de CUCA da UNE. Resultado de uma longa trajetória, que assistiu encontros e desencontros da universidade e do movimento estudantil com a produção cultural, o CUCA hoje é uma rede cultural formada por 12 espaços espalhados pelo País.

Desde a 1ª Bienal, já se foram cinco anos e quatro bienais (Bahia-1999; Rio-2001; Recife-2003 e São Paulo-2004). O projeto, que sempre se organizou de forma intensa e ininterrupta, ampliou sua atuação, fortaleceu-se junto aos universitários e ganhou um caráter de programa. Em agosto de 2006, durante um seminário nacional realizado no Rio de Janeiro, que reuniu “cuqueiros”

de todo o Brasil, foi votado um estatuto, formalizando a criação do “Instituto CUCA”.

O Coordenador-geral do CUCA, Tiago Alves, explica. “Isso não muda nada. É só uma questão legal. Vai continuar tudo como sempre foi. Mas agora o CUCA deixou de ser um projeto para se transformar em um programa, com autonomia administrativa, organizativa e de gestão. Mas é importante lembrar que o CUCA se mantém ligado à UNE. O que acontece é que agora conquistamos nossa maioridade, alcançamos a ‘independência’”, brinca.

O Instituto CUCA, explica ele, será regido por um estatuto que regulamentará os trabalhos em todos os Estados e contará com uma Assembléia Geral constituída por 45 integrantes, formado por pessoas ligadas ao movimento estudantil, “cuqueiros” veteranos e artistas. O objetivo será debater não apenas as questões relacionadas à cultura, mas tudo o que gravita em torno deste universo.

Na opinião do artista plástico e coordenador do CUCA-Bahia, Luis Parras, o programa não perderá a ligação com a UNE. “Isso não vai acontecer. O CUCA sem a UNE não existe. Só que com o Instituto CUCA, teremos mais autonomia, menos burocracia e o trabalho vai ficar mais fácil e organizado”, explica.

A artista Ana Cristina Petta, que já fez parte da coordenação do CUCA, compartilha da mesma idéia. Para ela, na verdade, o que vai acontecer é a estruturação e profissionalização. “Com a formalização do Instituto o projeto terá uma estrutura mais completa e independente”, diz.

Para Danilo Moreira, que fez parte da diretoria executiva da UNE e coordenou duas Bienais (2001 e 2003) a criação do Instituto foi um corte do cordão umbilical com a UNE. “Mas isso não quer dizer que as duas entidades se separaram. Agora o CUCA terá mais autonomia. Isso só vem a somar. O futuro é muito promissor”, prevê.

# Um cinema de A a Z



Vontade. Manoel Rangel, novo presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine tem muitas. De mudar o País, de fazer e reinventar o cinema, de incentivar os jovens a ingressar nessa aventura que é a produção audiovisual.

Vontade é também o nome de um dos filmes de Rangel.

Aos 35 anos, esse jovem cineasta assume o desafio de ser um dos principais agentes do que ele mesmo chama de uma nova fase da indústria audiovisual no País, um momento de inflexão, de redescobrimto, que vislumbra alçar novos vôos, contribuindo para o estímulo da nacionalidade e a construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Em entrevista à *Movimento*, Rangel faz um breve balanço das políticas desenvolvidas para o setor nos últimos anos e dos desafios para o próximo período.

Por Renata Mielli

**Que aspectos marcam o desenvolvimento do setor audiovisual nos últimos anos?**

Logo depois de 1991, quando se extinguiu a Embrafilme, o Consine e a Fundação do Cinema Brasileiro nós chegamos ao fundo do poço da atividade cinematográfica. Em 1992, cerca de 2,3 filmes brasileiros foram exibidos. Tivemos uma queda abrupta do número de salas de cinema. Esgotava-se um ciclo de desenvolvimento da atividade cinematográfica e, por ações do governo Collor, praticamente se extinguiu as possibilidades de se fazer cinema no País. Em 1993, começa um novo ciclo de produções brasileiras. O parque exibidor começou a se expandir a partir de 95. Retomou-se a produção de curtas-metragens e de outros produtos audiovisuais, reativou-se o ciclo de vídeo e DVD's. Houve um revigoramento da atividade de cinema e audiovisual no Brasil. Nesse período, o foco principal da política de Estado foi incentivar a produção de filmes brasileiros. Esse é o aspecto central, porque sem a produção de cinema brasileiro não há cinema brasileiro, há apenas um mercado geral de cinema. No último período, nós sentimos as conseqüências dessa política, sem uma visão sistêmica da atividade de cinema.

**Nos últimos quatro anos, que outros fatores passam a compor a política para o setor?**

A partir de 2003, começou uma inflexão, que tinha como objetivo



aprimorar a política de incentivo fiscal, alargar o foco da produção - visando a distribuição e exibição, com a presença dos filmes brasileiros nas TV's -, e um esforço de reposição do mercado de cinema e do audiovisual do País. Os últimos 4 anos significaram uma transição positiva nessa política, porque mesmo com polêmicas, como no caso da proposta de criação da Ancinav, conseguimos chegar ao fim com forte grau de coesão entre os diversos agentes políticos-econômicos envolvidos na atividade cinematográfica e audiovisual. Esse processo teve seu desfecho com a aprovação da Lei 11.437/06 em 28 de dezembro passado, e que abre muitas possibilidades para um novo ciclo de desenvolvimento e crescimento.

### **Quais as principais inovações que esta lei vai trazer para o mercado audiovisual?**

Ela tem 2 características principais: a do fomento e a da regulamentação. No primeiro caso, a principal inovação é a criação de um fundo público para financiar projetos, que é o Fundo Setorial do Audiovisual. Os recursos virão principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), que devem girar em torno de 43 milhões de reais por ano e serão investidos exclusivamente em ações de desenvolvimento do audiovisual, permitindo que se invista na expansão do parque exibidor. O Brasil tem hoje cerca de 2 mil salas, quando deveria ter no mínimo 3 ou 4 mil. A Lei vai contribuir para alavancar as distribuidoras brasileiras, permitindo que elas tenham força suficiente para disputar o mercado interno. Em 2003, cerca de 30 filmes brasileiros foram exibidos no mercado de salas, em 2006 foram 63. Com mais salas

poderíamos melhorar essa marca. Outro aspecto da Lei é a aproximação do setor com a TV através do seu artigo 3A, que vai permitir, por meio de incentivo fiscal, que as elas possam investir na produção e coprodução brasileira. Mais produtoras vão ter seus filmes realizados, vamos ter mais filmes brasileiros na TV aberta e mais programas independentes, dando espaços para a pluralidade de opiniões.

Estão dadas as condições para um novo ciclo de crescimento do setor que acompanham os esforços do governo para destravar a economia, alavancando o desenvolvimento nacional.

### **O uso das tecnologias digitais permite que um número maior de pessoas possam realizar seus filmes. Como a Ancine vê esse processo e que políticas de incentivo para essas produções existem atualmente?**

A Secretaria do Audiovisual tem uma política de incentivo na criação de núcleos de apoio à produção digital, que já existem em 9 estados do País e mais devem ser criadas. Neles, são disponibilizados equipamentos de última geração, mini-câmeras de alta definição, equipamentos de edição de som. Há cursos de capacitação técnica e de formação de mão-de-obra e temos, ainda, a expectativa de criar um centro de alta tecnologia e de atendimento e integração desses núcleos. Essas medidas podem estimular os jovens universitários e outras pessoas que fazem cinema a produzirem seus filmes. Para fazer cinema não basta ter equipamentos, é preciso ter idéias e a capacidade de empregar os meios técnicos para expressar essas idéias.

Nós acreditamos que as produções digitais potencializam a capacidade de renovação de linguagem,

de estética, que é uma preocupação da Secretaria do Audiovisual e da Ancine. Costumamos dizer que queremos tanto filmes de alto orçamento quanto os de baixíssimo orçamento, queremos os filmes que vão dialogar com o público de 3,4 milhões de telespectadores e os que vão dialogar com o público de 100, 150 mil telespectadores. O cinema se faz com os filmes de A a Z, essa é a lição do cinema de Hollywood, do cinema europeu. O Brasil também precisa diversificar a sua cinematografia.

### **Uma das produções nacionais mais vigorosas do cinema nacional são os curtas-metragens, que têm pouco espaço. Como dar mais visibilidade a essa produção no mercado de salas?**

O canal de veiculação desses produtos são a Internet, o DVD, os canais universitários, as TV's comunitárias e locais. Esse é o principal caminho para essa produção regionalizada, de inovação digital. A sala de cinema está vocacionada para o longa-metragem.

### **Quais as suas expectativas para o futuro do cinema nacional?**

Temos um período de ascensão pela frente. Para fazer cinema brasileiro é preciso consciência, paciência, otimismo, é preciso que as pessoas se vejam nos filmes e que esses filmes sejam uma experiência do cotidiano, reflitam de alguma maneira a realidade do País, a sua diversidade social. A nação está se descobrindo e a produção cinematográfica está se redescobrindo. Estamos construindo um projeto de nação e de desenvolvimento para o Brasil. Certamente este projeto precisa de um audiovisual forte. O estímulo do audiovisual está ligado ao estímulo da nacionalidade.

# CNE: ESPAÇO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

O Conselho Nacional de Educação é um órgão de importância estratégica para a educação. É nele que se autoriza o funcionamento de faculdades e universidades, o que o torna determinante para concretizar uma política que fortaleça o setor público, impedindo a proliferação indiscriminada de instituições privadas. Nesta entrevista à *Movimento*, o professor Héglio Trindade, membro do CNE, ex-Presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fala sobre as atribuições do Conselho e a necessidade de haver maior participação social em sua composição para democratizar o debate educacional no País.

**Durante os governos de FHC a política educacional foi orientada para dar mais liberdade ao setor privado. No primeiro mandato de Lula que medidas foram tomadas para alterar esse rumo?**

As políticas de Educação Superior no primeiro mandato do Presidente Lula caminharam na direção de romper com a falsa oposição entre os diferentes níveis educacionais. A educação tornou-se uma prioridade em seu conjunto. Os resultados dessas políticas são claros: as avaliações do desempenho dos estudantes nos diferentes níveis de ensino da Educação Fundamental, a aprovação pelo Congresso dos recursos plurianuais para o FUNDEB; a prioridade e expansão do Ensino Profissional e Tecnológico; a implementação da educação à distância através do programa nacional da Universidade Aberta e a conjugação de políticas no campo da Educação Superior. Nesta, basta citar a nova avalia-

ção através da Lei do SINAES e seu impacto sobre a qualificação e regulação do sistema; a ampliação do acesso através das bolsas do ProUNI e a política de cotas; a recuperação do financiamento e a expansão do ensino universitário federal; e o projeto de Reforma da Educação Superior em tramitação no Congresso após um amplo debate. Estes são alguns exemplos concretos dessa mudança de rumo.

**Uma das críticas era a não existência de um sistema integrado da educação no País, principalmente devido à grande desregulação. As iniciativas citadas contribuíram para avançar nesse campo?**

Hoje podemos falar, pela primeira vez, num sistema integrado de Educação Superior, compreendendo os seus diferentes segmentos: as IES públicas, comunitárias e privadas. Essas políticas, concebidas estrategicamente em diferentes etapas, tiveram na lei, que criou le-

galmente o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), aprovada no primeiro semestre de 2004, seu ponto de referência. O reconhecimento efetivo de um sistema de Educação Superior implicava que se assegurassem níveis de qualidade acadêmica e sociais aceitáveis em nome da missão pública da Educação Superior. Os estudantes, num País que pretende avançar no desenvolvimento econômico, social, político, científico e tecnológico, têm direito de exigir e receber uma educação compatível com um projeto nacional de desenvolvimento. Daí o SINAES ter sido o instrumento capaz de criar legitimidade acadêmica e política, servindo de base para o reconhecimento do Sistema de Educação Superior cuja integração se baseia na exigência de qualidade.

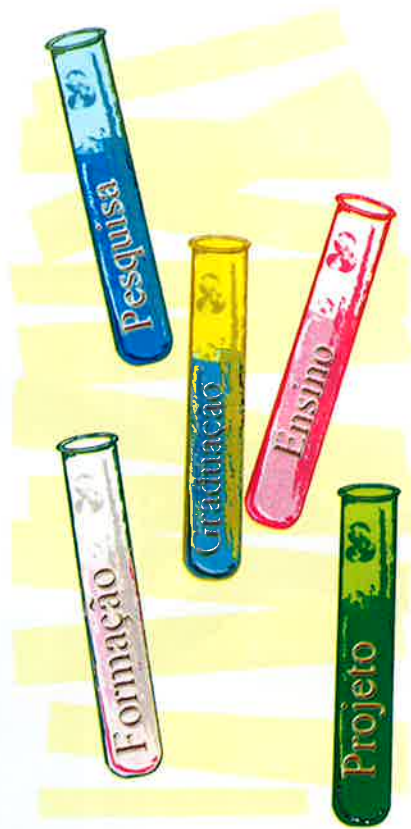
**No CNE se debatem o credenciamento, recredenciamento e a autorização para o funcionamento das**



**IES. Nos anos FHC, essa atribuição funcionou praticamente como uma chancela para a política deliberada de privatização, impulsionando a multiplicação de instituições particulares. Como se deu no âmbito do CNE a mudança de postura para acompanhar a nova orientação da política educacional de fortalecimento do setor público?**

A avaliação (SINAES) tornou-se, nos termos da lei, “o referencial básico” para a regulação do sistema. Tanto na entrada do sistema (autorização) como na sua permanência (credenciamento e reconhecimento) a supervisão feita pelo MEC está amarrada aos resultados do “ciclo avaliativo” (avaliação interna e externa das IES; ENADE e avaliação de cursos). O CNE tem um papel fundamental no processo: de um lado, é o órgão que tem competência legal para definir as exigências para o reconhecimento dos diferentes tipos de instituição (universidades, centros universitários etc.) e está trabalhando fortemente nessa direção. De outro, cabe ao CNE, por sua Câmara de Educação Superior, aprovar ou não as propostas de credenciamento e reconhecimento oriundas do MEC e ele tem exercido este papel com o devido rigor a partir das exigências referidas.

Com relação à expansão do setor público de Educação Superior cabe também ao CNE examinar as propostas oriundas do MEC. Há no CNE, pela sua composição atual e como órgão de Estado, uma clara consciência da importância da expansão do setor público de Educação Superior e de sua contribuição estratégica, como referencial para o conjunto do sistema, nos campos do ensino graduado e pós-gradua-



do, acadêmico, profissional e tecnológico. A necessidade de expansão do setor público estagnado nas últimas décadas e as limitações do crescimento atual do setor privado esgotado por sua expansão desordenada estão a exigir um desenvolvimento sustentado do sistema federal. Os membros do CNE têm sido sensíveis a essas políticas, mas zelosos para que essa expansão assegure os níveis de qualidade que valham para o sistema como um todo. Repito, hoje a qualidade acadêmica e social é a moeda comum do sistema.

**Uma das atribuições do Conselho Nacional de Educação é assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional. Como garantir essa participação?**

Com o fechamento do antigo Conselho Federal de Educação por

práticas inaceitáveis de muitos de seus membros, o CNE foi concebido para ser um órgão de Estado capaz de pensar as grandes questões da educação em todos os seus níveis e supervisionar com a devida autonomia em suas competências próprias. As suas bases legais são ainda insuficientes para cumprir tal papel, embora haja uma interlocução periódica com o MEC sobre os avanços nessa direção e com um bom nível de entendimento. Esta discussão está, hoje, no centro do debate interno do CNE e precisa avançar mais ainda. Tem havido progressos nessa direção e mudanças legais estão sendo discutidas e propostas para um futuro próximo. Esta é uma questão central para que o CNE possa exercer plenamente sua missão de órgão de referência do sistema de Ensino Superior.

É preciso reconhecer que a nova composição do CNE buscou valorizar, nas indicações presidenciais, a presença de representantes com uma visão de que a educação superior tem uma missão pública independentemente de sua natureza jurídica. Além disto, o governo tem valorizado nessas indicações a representatividade de seus membros através das indicações de diferentes entidades. Atualmente, há condições de avanço qualitativo e o CNE está consciente de seu papel, rejeitando os aspectos meramente cartoriais de suas atribuições. Creio, porém, que ele precisa aumentar sua interlocução com a comunidade educacional e com setores amplos da sociedade para democratizar o debate das grandes questões da educação brasileira, sobretudo agora, em que as novas condições geradas pelas mudanças de políticas legais e institucionais avançam e se articulam.

# Agendas dos Correios 2007

A maneira perfeita para você ser lembrado o ano inteiro.



Agenda Wire-o Rubi

Agenda Executiva Azul-Mar



Índice Telefônico



Agenda de Bolso Prata



[www.correios.com.br](http://www.correios.com.br)

# FIM DO

UFBA propõe o Universidade Nova, projeto que prevê a extinção do vestibular e a criação de um Ciclo Básico de três anos no Ensino Superior.

**O**s ponteiros do relógio seguem a cadência dos minutos como um inimigo que à espreita aguarda o momento do bote. Nas mãos, a única arma de defesa é um lápis, uma borracha e uma caneta. Quatro horas para decidir o futuro. Mas você passou toda a vida se preparando para elas, sendo doutrinado, aprendendo a não cair em armadilhas, a decifrar os códigos. É apenas um teste que vai selecionar os mais aptos. Aptos?

Segundo o Dicionário Aurélio, o adjetivo apto designa quem: “1. Tem aptidão inata ou adquirida; hábil, habilitado, capaz. 2. *Jur.* Que satisfaz as condições legais”. Esse é o legado de um sistema educacional regrado pelo mercado, ditado pelos preceitos neoliberais. Um adjetivo vale mais do que o substantivo *Conhecimento*, este sim, elemento indissociável para o ingresso numa Universidade, para elevar as pessoas à condição de seres ativos diante do mundo, transformadores.

É buscando alterar esse estado de coisas na educação nacional que historicamente os movimentos educacionais e sociais defendem o fim do vestibular como critério de seleção para o Ensino Superior. Este final parece estar próximo, ao menos em algumas instituições.

Apesar de há muito tempo haver debates acalorados sobre o tema, e de ser de cada universidade a prerroga-

tiva de definir o método de seleção para o ingresso em seus cursos, o vestibular parecia intocável. Mas o reeleito reitor da UFBA – Universidade Federal da Bahia, Naomar Almeida Filho, resolveu enfrentar a questão e implantar um novo sistema, que foi batizado de Universidade Nova. A iniciativa contagiou outras instituições, a Andifes e o próprio MEC que diante da proposta já realizaram um primeiro seminário sobre o assunto, em 13 de dezembro e já marcaram um próximo para março de 2007.

Para o reitor da UFBA, “o vestibular é hoje muito mais uma seleção para eliminar e não para identificar talentos. Criticamos o seu caráter socialmente excludente e distorcido, além de ser traumático em termos psicológicos”.

A vice-presidente da UNE Louise Caroline concorda e afirma que o vestibular precisa ser exterminado. “É um instrumento nefasto de aferição do resultado de um sistema enrijecido que apenas mede quem foi bem em seguir as regras de uma educação tecnicizante e de pouco debate de idéias, o sistema educacional das normas de mercado, que forma as pessoas para pensarem umas iguais às outras, para serem engessadas”.

Remontando a constituição das universidades no País, Naomar Almeida lembra que estas instituições sempre estiveram voltadas para a formação das elites nacionais. “Com o aumento da demanda por ensino superior devido aos processos de urbani-



zação e de modernização do Brasil, a competição por vagas nas universidades públicas, que são as melhores por qualquer indicador de qualidade, se acirrou. Aí se apertou cada vez mais o instrumento de seleção, esse duríssimo filtro chamado vestibular”.

Outro grave problema que envolve o vestibular é o fato dele ser gerido e aplicado por instituições privadas. “É um sistema privado de seleção. Na UFPE, por exemplo, existe uma empresa que faz o vestibular para a Universidade Federal e isso é um absurdo, porque você está selecionando para Universidade Pública cujo, conhecimento que interessa devia ser uma opinião pública e não ditada por uma fundação privada”, chama atenção Louise Caroline.



# estibular

vestibular, primeiro por ser gratuito, segundo porque em sua opinião o Exame consegue avaliar melhor o potencial do aluno. “Eu dificilmente passaria no vestibular. Quer dizer que não tenho condição de cursar a universidade?”, questionou o reitor que é médico e arrisca: “No Enem, eu teria nota boa”.

A expectativa é que por esse novo sistema mais estudantes possam ser admitidos, já que os cursos serão comuns. Ao final dos BI's, os estudantes terão um diploma de Ensino Superior. “Na UFBA, só passarão para os cursos profissionalizantes (medicina, engenharia, arquitetura etc.) os que acumularem boas notas no Ciclo Básico. Quem não passar, não terá perdido tempo. Receberá um diploma de bacharel”, explica Almeida Filho, que completa: “A Universidade Nova vai abrir oportunidade de formação cultural e profissional, científica ou artística para cidadãos, pobres ou ricos, que tiverem talento, motivação e vocação, independentemente de origem de classe, etnia ou mesmo de gênero”.

O idealizador da proposta da Universidade Nova avalia que vai haver maior democratização do acesso ao Ensino Superior e que essas mudanças devem, também, causar impactos – ainda que em médio e longo prazos – na estrutura do Ensino Básico. “O sistema de ensino pré-universidade se ajustou ao filtro (vestibular) tornando-se cada vez mais dual: belas teorias educacionais e pobreza de recursos e de resultados no sistema público, contra mais recursos financeiros e tecnológicos e uma maior eficiência no setor privado de ensino básico, com total pobreza conceitual e filosófica. No momento em que o sistema federal de Ensino Superior mudar sua arquitetura curricular, redefinindo o conceito de formação universitária, e por consequência a sistemática de recrutamento de novos estudantes, estou certo de que haverá um efeito reverso no Ensino Médio e quiçá também no Ensino Fundamental. Como e quando será, é difícil prever e mesmo conceber. Mas haverá mudanças profundas, sim”, prevê Naomar Almeida.

*Colaborou Artênus Daniel*

## Universidade Nova

A proposta da UFBA não se resume ao fim do vestibular, ela também visa alterar a atual “arquitetura curricular” da Universidade, acabando com o ingresso do estudante em cursos específicos, mas sim num Ciclo Básico – os Bacharelados Interdisciplinares-BI's -, que duraria três anos. Neste, o universitário teria contato com disciplinas de várias áreas, ampliando o seu conhecimento e tendo mais elementos para escolher uma carreira profissional, decisão que seria tomada após o Ciclo.

Nesse processo, o vestibular seria substituído pelo ENEM – Exame Nacional de Cursos que para Naomar Almeida apresenta muitas vantagens com relação ao

# UNE: rumo aos 70 -

História da UNE – Parte II –  
Dos anos de chumbo  
à redemocratização

Por *Angélica Miller\**

O início da década de 1950 foi marcado por uma intensa polarização interna no movimento estudantil - M.E. entre liberais, considerados de direita e a esquerda fortemente marcada pelos comunistas. Já na sua segunda metade, a hegemonia da UNE volta a ser do grupo comunista.

Em 1956, a entidade elegeu José Batista de Oliveira Junior como seu novo presidente. Nesta gestão, foi realizada a histórica greve contra o aumento das tarifas de bonde – aliando, de forma inédita, católicos e comunistas dentro do movimento estudantil. Como resultado, as passagens sofreram um aumento de menos de 50% do pretendido pela empresa controladora dos bondes. No entanto, mais importante, esta campanha marcou o fortalecimento das forças democráticas no M.E.

O período seguinte se caracteriza fortemente pela luta de marca nacionalista e contra a exploração internacional e o imperialismo. A UNE liderou campanhas contra indústrias americanas como a American Can, que pretendia monopolizar a fabricação de latarias no País. Também fez uma grande campanha contra o Acordo Roboré que previa o emprego de recursos da Petrobras para atender os interesses de outra empresa americana



Acervo PMME/ doação Aldo Arantes

Abertura do II Seminário de Reforma Universitária

na Bolívia. A campanha provocou a demissão de Roberto Campos, que comandava o BNDE na época.

Estas ações culminaram com a visita do secretário americano, Foster Dulles, no Brasil. A UNE, como não poderia ser diferente, cobriu seu prédio na Praia do Flamengo – local obrigatório de passagem – com um pano negro e os dizeres “Go home Foster Dulles”.

O início da década de 1960 é marcado por uma intensa efervescência entre cultura e política. De quadros oriundos do Teatro de Arena, como Oduvaldo Viana Filho – o Vianinha – surgia o Centro Popular de Cultura que pretendia que a arte engajada estivesse ao alcance de todos levando à população a conscientização política.

Este período foi intenso e fundamental, pela velocidade dos acontecimentos, e pelo aprofundamento da visão crítica dos estudantes em

relação à universidade brasileira – extremamente elitizada, funcionando como um instrumento de manutenção da excludente ordem social vigente.

A aliança entre estudantes comunistas e católicos de esquerda dá origem à AP – Ação Popular, que elege, em 1961, o goiano Aldo Arantes novo presidente da UNE. Durante sua gestão, foi erguida a histórica bandeira da Reforma Universitária – com a realização do 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária e da marcante “Greve de um Terço”, que teve adesão de 90% dos estudantes, que exigiam participação, com direito a voto, nos órgãos colegiados de administração das universidades.

Simultaneamente, o movimento cultural da UNE ganha força total, com a atuação do CPC da UNE, que levou, junto com a caravana “UNE-Volante”, às capitais do País, aos subúrbios e favelas um teatro de



# Luta pela democracia

esclarecimento, protesto e denúncia, irradiando a cultura popular e o debate sobre a Educação, contribuindo, até mesmo, para o movimento de renovação da música popular brasileira.

A renúncia do Presidente da República, Jânio Quadros, leva a UNE a apoiar a vitoriosa Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, que reivindicava o respeito à democracia e o empossamento do vice-presidente, João Goulart.

Em julho de 1963, o 26º Congresso da UNE elegeu o paulista José Serra – também da AP – presidente da entidade. Foi um período de total efervescência política e grande prestígio da UNE, engajada em todas as discussões relevantes – entre questões nacionais e internacionais.

O apoio popular e das forças de esquerda às reformas de base promovidas pelo governo de João Goulart, entre elas a Reforma Agrária, acentuaram a disputa e a crise política, intensificando as conspirações para a derrubada do Presidente da República. Prova disso é que, em treze de maio de 1964, o comício da Central do Brasil reuniu, no Rio de Janeiro, mais de 200 mil pessoas e o presidente da UNE foi um dos oradores ao lado de Jango e Leonel Brizola.

Um revés na história da UNE, do Brasil e de seu povo estava próximo. A pressão aumentou e os estudantes saíram novamente às ruas, em 1º de abril de 1964, em manifestações antigolpistas. Os jovens custaram a perceber que algo havia mudado. As tropas militares chegaram à Cinelândia e os primeiros tiros partiram das janelas

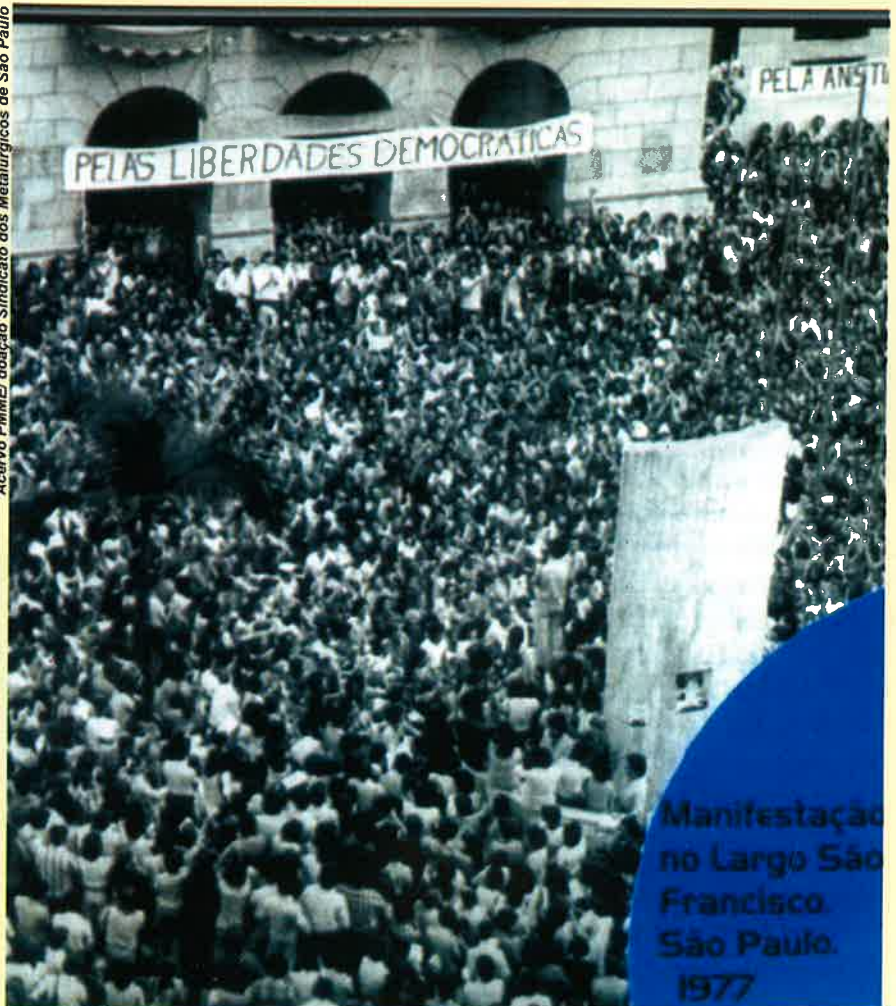
do Clube Militar. Um ato simbólico, como uma bala certa, atingiu em cheio o coração da resistência e do poder transformador da juventude: a sede da UNE foi incendiada. A entidade passou à clandestinidade, após ser oficialmente extinta pela Lei n.4464. O País mergulhou no silêncio imposto à força, controlado pela tortura e manipulado pelo poder.

Mesmo na ilegalidade os estudantes voltaram a protestar contra

o regime. Os Congressos da UNE, como não podiam ser oficializados, passaram a ser realizados em locais como os porões da Igreja São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, onde em 1966 foi eleito o acadêmico de medicina José Luiz Guedes como presidente.

Foi neste ano que aconteceu um dos episódios mais marcantes da história do movimento: o Massacre da Praia Vermelha. A partir de uma série

Arquivo PIMME/ doação Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



de manifestações propostas pela UNE em todo País embalados pelo slogan "Povo organizado derruba a ditadura", na Faculdade de Medicina da UFRJ, 600 estudantes são encurralados na madrugada do dia 23 de setembro, por policiais que invadem a Faculdade deixando vários estudantes feridos.

O ano de 1967 também foi marcado por grandes manifestações que culminariam, em 1968, com a morte do estudante secundarista Edson Luis dentro do restaurante Calabouço no Rio de Janeiro bem como a realização da Passeata dos cem mil.

Organizado pela UEE de São Paulo, que tinha como seu presidente o acadêmico José Dirceu que pertencia a um grupo da dissidência comunista, o Congresso de Ibiúna termina sem conseguir realizar a eleição, com a prisão dos quase mil líderes estudantis lá presentes. A eleição, então, é realizada posteriormente elegendo mais um quadro da AP: Jean Marc von der Waid.

Mas é no final de 1968 que o principal golpe do regime militar foi aplicado: em dezembro é decretado o Ato Institucional nº. 5 que fecha o Congresso Nacional e suspende o *Habeas Corpus* por tempo indeterminado.

Com seus principais líderes presos e sem forças para se articularem, muitos estudantes optaram pela luta armada. Algumas ações tiveram êxito como o seqüestro do Embaixador Americano, Charles Elbrick, organizado pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), outras nem tanto como a Guerrilha do Araguaia que acabou dizimada.

A UNE, em 1971, ainda consegue realizar um mini-congresso elegeo do Honestino Guimarães como seu presidente, que depois de preso foi barbaramente torturado e morto pelos militares. Nesse momento, o regime

acreditava ter acabado com o movimento. Mas os estudantes não se deram por vencidos.

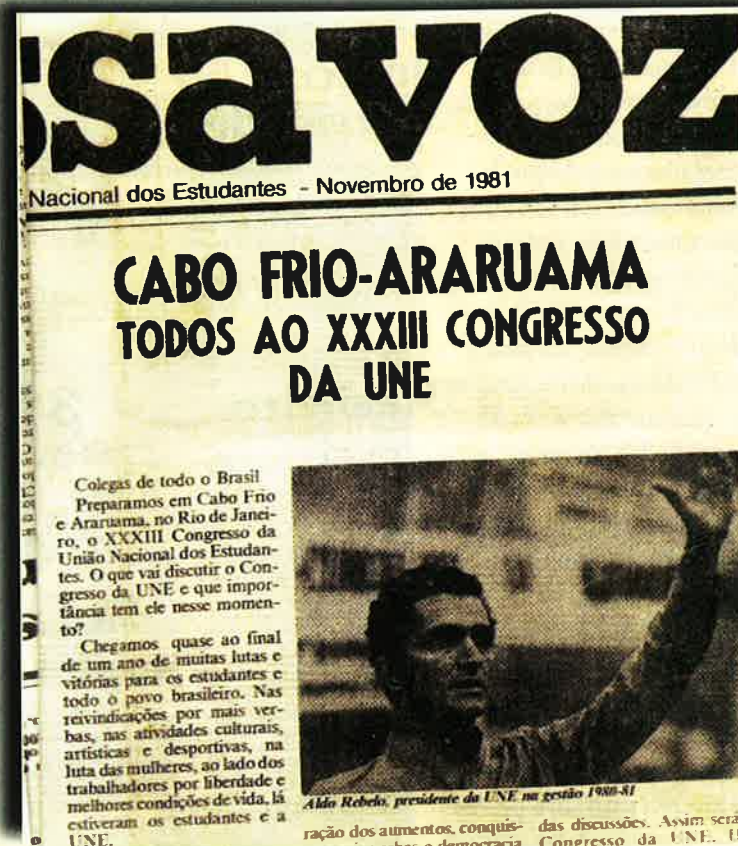
Já em 1977 imbuídos da bandeira "Pelos liberdades democráticas" os estudantes são os primeiros a voltarem às ruas e começam os preparativos para reconstrução de sua entidade nacional. Em 1979, a partir de um Congresso histórico na cidade de Salvador, que contou com a presença de vários ex-presidente e lideranças de esquerda, a UNE estava reconstruída. Coube ao baiano Ruy César conduzir as atividades da entidade neste ano.

A partir desse momento a UNE jogou papel decisivo nos principais acontecimentos do País, caso da luta pela Anistia e pelas "Diretas Já". Com o processo de abertura do regime de maneira "lenta, gradual e segura" a UNE ainda foi alvo da ação dos militares que, em 1980, derrubam o prédio

da Praia do Flamengo 132.

A primeira metade da década de 1980 foi palco, ainda, de muitas disputas. Por ser estrangeiro, o presidente da UNE de 1982, Javier Alfaya, foi ameaçado de extradição pelo governo o que levou os estudantes de todo País a realizarem a campanha "Javier é Brasileiro". Foi ainda momento da UNE eleger sua primeira presidente mulher: Clara Araújo.

Com o retorno à democracia, após a eleição do primeiro presidente civil em 21 anos, mesmo que de maneira indireta, a UNE, na gestão de Renildo Calheiros, finalmente é legalizada. A partir desse momento as lutas por um Brasil mais justo e igualitário e, principalmente, por uma educação pública, gratuita e de qualidade continuaram na pauta da UNE, porém o perfil dos estudantes tinha mudado. Mas este é um assunto para o próximo capítulo.



Arquivo PMME/Edição Renildo Calheiros

\*Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo.  
Coordenadora-técnica do Projeto Memória do Movimento Estudantil.

**O ORGULHO DE RECEBER O PAN NO BRASIL É COMO  
UMA MEDALHA: A GENTE NÃO TIRA DO PEITO.**



Mariana Ohata - Triatleta



Vamos receber de braços abertos um dos maiores eventos esportivos do mundo: os Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007. Para recepcionar os mais de 6 mil atletas de 42 países, o Governo Federal foi um dos primeiros a entrar em campo, investindo cerca de R\$ 1,5 bilhão em infra-estrutura de competição, num projeto de segurança baseado em padrões internacionais e em tecnologia de ponta. E você também pode colaborar. Receba bem os atletas e os turistas. Faça parte dessa torcida.

Conheça, acompanhe, participe:  
[www.brasilnopan.com.br](http://www.brasilnopan.com.br)  
Praticar esporte faz bem à saúde.

**INVESTIR NO PAN É INVESTIR NO BRASIL.  
XV JOGOS PAN-AMERICANOS RIO 2007.  
DE 13 A 29 DE JULHO.**



Ministério do  
Esporte  
Ministério da  
Ciência e Tecnologia  
**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL



# O Direito à

# 1/2

# ENTRADA

**D**emocratizar o acesso da juventude, em particular a mais carente, aos mais diversos meios culturais disponíveis – exposições, cinema, espetáculos teatrais e de dança – é parte da luta do movimento estudantil brasileiro para garantir uma formação ampla, e não apenas à educação formal oferecida na escola.

Essa interação entre formação cultural e educacional permite despertar jovens para outras habilidades, para o interesse em fazer da arte um instrumento de vida, profissional. A meia-entrada, ao baratear o acesso a estes bens culturais, é uma maneira de colocar os jovens em contato com esse universo.

Uma luta incessante

Nestes últimos anos, a luta em defesa da meia-entrada se somou à luta da UNE para derrubar a Medida Provisória nº 2.208 – do ex-ministro da Educação Paulo

Renato – que autorizou qualquer entidade ou estabelecimento estudantil a emitir documentos para fins da meia-entrada. “Isso propiciou a proliferação de entidades de ocasião, cartoriais, sem nenhum papel político, que se constituíam apenas com o intuito de vender carteiras, culminando num sistema de difícil fiscalização, com uma série de lacunas que abrem caminho para falsificações”, lamenta o presidente da UNE, Gustavo Petta.

Mas parece que esse período está com os seus dias contados. Em reunião realizada com o Ministro da Educação, no dia 09 de janeiro, UNE, UBES e ANPG debateram a necessidade de se moralizar o uso das carteiras estudantis.

A proposta da UNE é que a emissão das carteiras seja fiscalizada por algum órgão público, impedindo com isso as falsificações. Esse mesmo órgão também ajudaria a fiscalizar os estabele-

cimentos culturais e esportivos, para garantir que a meia-entrada seja respeitada.

Se de um lado há uma resistência à meia-entrada por parte de alguns setores ligados à indústria de cultura e entretenimento, de outro o descontrole na emissão das carteiras acaba servindo de argumento para o questionamento do direito e, também, para a elevação dos valores dos ingressos.

O tema foi abordado recentemente por uma reportagem da revista Carta Capital. Nela, afe-riu-se que a venda de ingressos com meia-entrada gira em torno de 70 a 85%, as vezes até mais, do total de ingressos vendidos em cinemas e teatros.

O produtor cultural Ricardo Chantilly, presidente da Abeart - Associação Brasileira dos Empresários Artísticos chamou a atenção para o fato: “Estamos no pior cenário possível. Todo mundo está na famosa lei do ‘me engana que eu gosto’. Eu finjo que dou desconto, o estudante finje que paga meia-entrada, o político finje que está fazendo algo”. Chantilly coloca o dedo na ferida e afirma: “Estou assumindo, como produtor, que, do modo como as coisas estão, o cidadão está pagando dobrado para ter cultura no Brasil” e desafia: “Nós somos a favor da meia-entrada. O que queremos é moralizar, é criar uma car-

teira de verdade. O preço vai cair”, declarou à reportagem de Carta Capital.

### Uma história de avanços e recuos

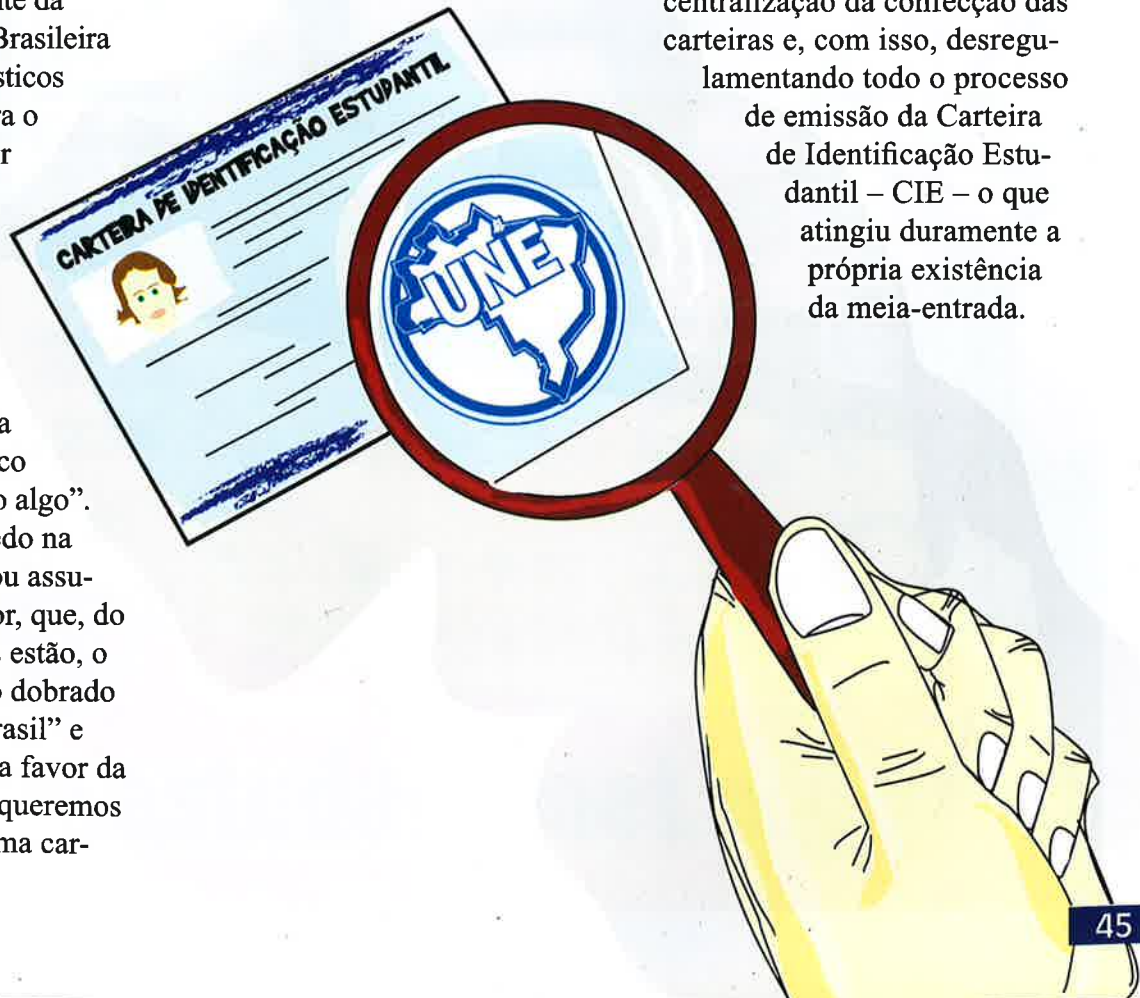
A primeira manifestação que se tem notícia em defesa da meia-entrada aconteceu em 1949, quando estudantes pediam na bilheteria para pagar meia. Não podendo, voltavam para o final da fila e permaneciam nesse vai e vem sucessivo, que ficou conhecido como manifestação da fila boba.

Décadas de lutas marcadas por conquistas e retrocessos se passaram até chegarmos aos anos 90, quando a força do movimento estudantil no País foi garantindo a aprovação de

leis da meia-entrada em vários estados e municípios Brasil afora.

Essas vitórias recuperaram um direito legítimo dos estudantes e, também, fortaleceram a rede do movimento estudantil – tanto pela sua representatividade e legitimidade, quanto por melhorar sua estruturação material.

Assim, não foi nenhuma surpresa que esse crescimento das entidades representativas dos estudantes tenha incomodado o governo anti-social do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ordenou ao seu ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, que enviasse uma Medida Provisória retirando da UNE a centralização da confecção das carteiras e, com isso, desregulamentando todo o processo de emissão da Carteira de Identificação Estudantil – CIE – o que atingiu duramente a própria existência da meia-entrada.





Nairóbi (Quênia) - Jovem queniano chega, abraçado à bandeira do movimento italiano pela paz, para participar do segundo dia de debates do 7º Fórum Social Mundial.

# estudante

A luta do

tem endereço

**Reforma Universitária**

1:29h | 23/1/2007

PRIMEIRA VISITA | BOLÉTIM ELETRÔNICO | FAÇA CONTATO | LINKS | BUSCA

**NOTÍCIAS**

- Movimento Estudantil
- Movimentos Sociais
- Educação
- Cultura
- Política
- Estádio
- Geral
- Inclusão Digital

**UNIE ON-LINE**

- História
- Linhas de Atuação
- Perguntas Frequentes
- Fale com o Presidente
- Transparência 100%
- Agenda
- Directoria
- Downloads

**UBES ON-LINE**

- História
- Linhas de Atuação
- Fale com o Presidente
- Directoria
- Downloads

**SEUS DIREITOS**

- Quêdora do estudante
- Perguntas Frequentes
- Mensalidades
- Meia Entrada
- Contato Procons

**ENTIDADES ESTUDANTIL**

- Estudantes

**PUBLICAÇÕES**

- Cartilha Cuiabá
- Cartilha CACULAS
- Revista Movimento
- Jornal da UNIE
- Jornal Plug da UBES

**CARTERINHA**

- Lois Virtuais
- Postos de carteira

**OCLE**

O PORTAL DE INCLUSÃO DIGITAL DA UNIE

NET REPÓRTER | ESPECIAIS | SUGESTÃO DE PÁGINA

**Levante do Busão: estudantes protestam contra reajuste da passagem**

**Confira a programação de shows, oficinas e debates da 5ª Bienal da UNIE**

**SABIENAL DE ARTE, CIÊNCIA E CULTURA DA UNIE**

Conheça o sabão (27), a 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNIE. O festival, que se estende até 2 de fevereiro, acontece no histórico bairro da Lapa, no Rio. O EstudanteNet divulga a programação completa. São mais de 60 oficinas e 40 debates, boa parte das atividades concentradas na Fundação Progresso. Para iniciar cada noite, um grande show: Martinho da Vila, Beth Carvalho, Lenine, Los Sebaços Postizos, Nana Vasconcelos, M. Aze, Dj Marlboro, Jango da Serrinha, Orquestra de Berimbau e Porto de Espinho.

**Protesto contra tarifas de ônibus na Bahia**

Prefeitura de Salvador pretende reajustar passagens de ônibus de R\$1,70 para R\$2,00. Movimento estudantil pede desoneração dos transportes.

**FSM: marcha de abstinência reúne 15 mil**

Encontro pretende marcar entrada da agência africana no movimento abstinencista. Objetivo não é conquistar mais solidariedade, mas fortalecer o continente.

**Diário de Bordo do Fórum Social Mundial**

Vice-presidente da UNIE, Louise Caroline viajou para a África onde representa a entidade no FSM. Acompanhe pelo EstudanteNet o seu "Diário de Bordo".

**Projeto Rondon inicia Operação 2007**

Repórter do EstudanteNet embarcou na última sexta (19), junto com cerca de mil estudantes, para mais uma operação do Projeto Rondon, na região Afronáfrica.

**ENTREVISTA EXCLUSIVA: Naná Vasconcelos**

Conversa com músico pernambucano do mundo, que fará show na 5ª Bienal, no dia 29 de janeiro.

**ENTREVISTA EXCLUSIVA: Ondjaki**

Escritor angolano que participará de debate da 5ª Bienal, no dia 30, fala ao EstudanteNet sobre literatura, África e Brasil.

**VEJA MAIS**

**EM FOCO**

Veja o vídeo da campanha da UBES - "Solidariedade. Faça esta palavra acontecer".

**CAMPANHA**

Diálogo Mensalidades

www.estudentenet.org.br



**União Nacional  
dos Estudantes**